

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA**

DÉBORA DZWIELEWSKI

**ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS PARA
AUXÍLIO NO PROCESSO DE GESTÃO DE UMA OPERADORA DE
PLANO DE SAÚDE**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO

2020

DÉBORA DZWIELEWSKI

**ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS PARA
AUXÍLIO NO PROCESSO DE GESTÃO DE UMA OPERADORA DE
PLANO DE SAÚDE**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Contábil e Financeira, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Câmpus* Pato Branco.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Casagrande

PATO BRANCO

2020



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Departamento de Ciências Contábeis
Especialização em Gestão Contábil e Financeira



TERMO DE APROVAÇÃO

ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS PARA AUXÍLIO NO PROCESSO DE GESTÃO DE UMA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE

Por
Débora Dzwielewski

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 11h30min, no dia 07 de março de 2020 como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Gestão Contábil e Financeira, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Prof. Luiz Fernande Casagrande
Orientador

Prof. Sandro Cesar Bortoluzzi
Avaliador - UTFPR

Prof. Eliandro Schvirck
Avaliador UTFPR

O Termo de Aprovação devidamente assinado, encontra-se em arquivo na pasta da aluna, no Departamento de Registros Acadêmicos – DERAC.

Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista e seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.

Albert Einstein, físico alemão um dos maiores gênios do século XX.
1879 – 1955.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos. Aos meus pais pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida. A minha irmã Cristiane por sempre me incentivar e apoiar, a empresa Operadora de Saúde por me proporcionar o curso e, em especial, a todos que estiveram ao meu lado.

RESUMO

DZWIELEWSKI, Débora. **Análise de indicadores econômico-financeiros para auxílio no processo de gestão de uma operadora de plano de saúde**. 60 páginas. Trabalho de conclusão de curso da Especialização em Gestão Contábil e Financeira. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020.

O principal objetivo desse trabalho foi fazer um estudo de caso em uma operadora de planos de saúde (OPS) para identificar quais os principais indicadores econômico-financeiros são eficazes para o processo de gestão. A metodologia adotada foi o estudo de caso com uma abordagem de caráter qualitativo e quantitativo devido à natureza aplicada da pesquisa; quanto aos objetivos o estudo de caso foi classificado como exploratório e descritivo. As principais ferramentas utilizadas para análise dos dados foram planilhas eletrônicas do Excel e a construção de gráficos para apresentar os valores encontrados no cálculo dos indicadores. Como resultados foram identificados 8 (oito) indicadores: 3 (três) de Liquidez, 2 (dois) de Estrutura de Capital e 3 (três) de Rentabilidade, que foram validados pela gestão da empresa Alpha como viáveis para auxiliar na gestão da empresa, pois em conjunto demonstraram ter poder explicativo suficiente para diagnosticar a situação econômico-financeira da empresa. E por fim, a análise gerada pelos 8 (oito) indicadores demonstraram que a OPS Alpha apresentou uma boa saúde financeira e econômica nos anos de 2017 e 2018 e a tendência é que consiga manter esse desempenho no decorrer dos próximos exercícios.

Palavras-chave: Operadoras de Plano de Saúde. Indicadores Econômico-Financeiros. Agência Nacional de Saúde Suplementar.

ABSTRACT

DZWIELEWSKI, Débora. **Análise de indicadores econômico-financeiros para auxílio no processo de gestão de uma operadora de plano de saúde.** 2020. 60 sheets. Conclusion of the Specialization Course in Accounting and Financial Management. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020.

The main objective of this work was to make a case study in a health plan operator to identify which are the main economic and financial indicators that are effective for the management process. The adopted methodology was the case study with a qualitative and quantitative approach due to the applied nature of the research; as for the objectives, the case study was classified as exploratory and descriptive. The main tools used for data analysis were Excel spreadsheets and the construction of graphs to present the values found in the calculation of the indicators. As results, 8 (eight) indicators were identified: 3 (three) of Liquidity, 2 (two) of Capital Structure and 3 (three) of Profitability, which were validated by the management of the company Alpha as viable to assist in the management of the company, because together they have demonstrated sufficient explanatory power to diagnose the company's economic and financial situation. Finally, the analysis generated by the 8 (eight) indicators showed that OPS Alpha showed good financial and economic health in the years 2017 and 2018 and the trend is that it will be able to maintain this performance over the next years.

Keywords: Health Plan Operators. Economic and Financial Indicators. National Supplementary Health Agency.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	9
1.2 TEMA E PROBLEMA	10
1.3 OBJETIVOS	10
1.3.1 Objetivo Geral	10
1.3.2 Objetivos específicos	11
1.4 JUSTIFICATIVA	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 PADRONIZAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
2.2 INDICADORES	14
2.3 MÉTODO DE CÁLCULO DO IDSS 2020 (ano-base 2019)	20
2.4 PLANOS DE SAÚDE	22
2.5 ESTUDOS PRECEDENTES	26
3 METODOLOGIA	33
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	33
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	35
4 ESTUDO DE CASO	38
4.1 A EMPRESA	38
4.2 DESENVOLVIMENTO	38
4.3 COMPARAÇÃO COM ESTUDOS PRECEDENTES	49
4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO	52
5 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

O horizonte para a sustentabilidade do mercado das operadoras de planos de saúde (OPS) no Brasil tem se tornado cada vez mais reduzido. Nos últimos anos, a crise econômica brasileira tem feito muitos brasileiros desistirem de seus planos de saúde. Conforme os dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a maior parcela dos planos de saúde comercializados no Brasil é do tipo coletivo empresarial e dependem do vínculo empregatício formal de seus beneficiários, por esse motivo o aumento do desemprego afetou sensivelmente esse setor (ANS, 2019a).

Esse desequilíbrio do mercado fez com que algumas operadoras operassem com prejuízos, causando o fechamento das mesmas, como foi o caso da operadora Unimed Paulistana, que encerrou suas atividades em 2015, tendo sua carteira de beneficiários transferida para outras operadoras conforme determinação da ANS (G1, 2015).

Por outro lado, o aumento das exigências impostas pela Lei 9.656/98 às operadoras de planos de saúde e o controle promovido pela ANS tem engessado o setor da saúde, exigindo das operadoras um esforço a mais, para se manterem no mercado.

Essa conjuntura desfavorável aumenta a dificuldade das operadoras em manter seu equilíbrio econômico-financeiro, citam-se vários motivos dentro os quais: a queda do PIB brasileiro e a alta do dólar geraram nos últimos anos um forte impacto nos planos de saúde, somado a esses, outras variáveis contribuem para essa situação, como por exemplo, a inclusão de tecnologias caras no rol de novos procedimentos e medicamentos controlados pela ANS (LEMOS, 2008).

Além desses motivos, principalmente atingindo contratos firmados antes da Lei 9.556/98, o envelhecimento da população e as judicializações obrigam as operadoras garantirem cobertura a procedimentos não inclusos nos contratos, que a priori o beneficiário não teria direito (LEMOS, 2008).

Quando da edição da Lei nº 9.656/98 competia ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) regulamentar a constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de planos privados de assistência à saúde, porém no

final de 1999, a Medida Provisória 1.908-20 alterou essa competência, passando essa competência para ANS (LEMOS, 2008).

Segundo Salles (2004) o principal objetivo da ANS é agir de forma preventiva para garantir ao consumidor a continuidade de seus benefícios. Esta garantia também está associada à situação econômico-financeira das OPS, principalmente em relação à solvência dessas instituições.

Segundo Lemos (2008) a ANS acompanha o desempenho econômico-financeiro, avalia tendências e classifica as operadoras, regula as modalidades, as coberturas, as exclusões, os reajustes, as faixas etárias, a segmentação e a área de abrangência geográfica dos contratos. Portanto, após a vigência da Lei nº 9.656/98 as OPS foram obrigadas a comercializar apenas os produtos especificados pela ANS, ou seja, aqueles cuja cobertura assistencial é definida pela ANS.

TEMA E PROBLEMA

O tema abrange o estudo dos indicadores econômico-financeiros que podem ser indicados no processo de gestão de uma operadora de plano de saúde. Como problema de pesquisa, tem-se a seguinte questão: Quais indicadores econômicos e financeiros tradicionais podem ser considerados mais significativos para auxiliar o processo de gestão de uma operadora de plano de saúde?

OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Desenvolver um estudo de caso em uma operadora de planos de saúde para identificar quais indicadores econômicos e financeiros tradicionais podem ser considerados mais significativos para auxiliar o processo de gestão de uma operadora de plano de saúde.

1.3.2 Objetivos específicos

a) Identificar os principais indicadores econômicos financeiros disponíveis na literatura voltados para área de plano de saúde;

b) Coletar dados econômicos financeiros da empresa pesquisada e de outra empresa concorrente para fazer análise comparativa de indicadores econômico-financeiros propostos;

c) Identificar junto aos gestores da empresa um conjunto de indicadores econômico-financeiros que podem ser utilizados no ramo de empresas operadoras de planos de saúde.

JUSTIFICATIVA

Como justificativa prática, a análise por indicadores tem como principal objetivo facilitar a tomada de decisão com objetivo de minimizar erros que prejudicam no desenvolvimento das empresas. Desta forma, o trabalho pode ser justificado, pois a utilização de indicadores econômico-financeiros poderia auxiliar o processo de tomada de decisões de forma mais segura e eficaz.

Para Ludícibus (1998), o indicador calculado com base nas demonstrações contábeis intitula-se como quociente e caracteriza-se como uma das técnicas de análise financeira mais importante da contabilidade. De acordo com Soares *et al.* (2009), a sustentabilidade da continuidade de uma empresa, e seu desempenho econômico financeiro são variáveis que podem ser medidas a partir de indicadores, logo, a utilização de indicadores contribui para detectar possíveis indícios de problemas e pontos de atenção na gestão das empresas.

Adotando uma visão mais contábil Gitman (2010), defende que no geral os indicadores têm a capacidade de mostrar a relação entre os grupos de contas das demonstrações financeiro-contábeis envolvendo métodos matemáticos de cálculos e interpretações.

Trabalhar com indicadores é uma técnica de análise amplamente utilizada pelas empresas na atualidade, principalmente porque fornece uma avaliação sistêmica do desempenho da empresa em termos econômicos e financeiros.

Segundo Matarazzo (2010), são três os grupos de indicadores mais usados para avaliação das empresas na atualidade, são eles os Indicadores de Estrutura de Capital, os Indicadores de Liquidez e os Indicadores de Rentabilidade.

A correta interpretação dos índices ajuda analisar e monitorar os resultados operacionais de uma empresa, além de evidenciar a capacidade da empresa em honrar seus compromissos.

Visando atingir esse objetivo a ANS adotou como ferramenta de análise de desempenho das Operadoras de Planos de Saúde (OPS) os indicadores, visando assim garantir a equidade, comparabilidade, padronização e regulamentação do setor de saúde privada no Brasil, pois após a edição da Medida Provisória 1.908-20 a ANS assumiu atribuições, como: fixar regras para a prestação dos serviços, celebração de contratos e realização de licitações, além de controlar e aplicar sanções; rescindir ou alterar unilateralmente o contrato, restabelecendo o equilíbrio financeiro eventualmente afetado; definir o valor das tarifas ou do reajuste das mensalidades; receber as reclamações e denúncias dos consumidores (LEMOS, 2008).

No âmbito econômico-financeiro a ANS fixou a exigência de apresentação do plano de contas e o envio de informações periódicas, balancetes e a constituição de garantias reais para manutenção da operacionalidade das OPS. Esse conjunto de obrigatoriedades permite à ANS realizar várias análises das informações, especialmente, acompanhar a evolução dos custos das OPS, para controle dos reajustes das mensalidades que é de responsabilidade e incumbência da ANS (LEMOS, 2008).

Os estudos envolvendo ferramentas de gestão para operadoras de planos de saúde podem trazer contribuições científicas significativas, pois a atividade apresenta peculiaridades que dificultam os processos de gestão. Pode-se citar como exemplo a impossibilidade de cancelamento ou reajuste proporcional de contratos individuais de alto custo, operações envolvendo produtos e serviços de terceiros e/ou parceiros, restrições legais no oferecimento de novos planos e reajuste de planos, características operacionais que se aproximam ao de uma seguradora entre outras dificuldades (SILVA, 2003).

O desenvolvimento de estudos que visem a aplicação de indicadores que podem auxiliar a gestão de atividades específicas, pouco estudadas na literatura,

pode avançar sobre problemas pouco usuais, mas que carecem de entendimento e tratamento adequado. Novos estudos geram comparabilidade com resultados de estudos precedentes, possibilitam elencar quais recomendações ou novos indicadores devem ser criados ou adaptados, uma vez que existe real necessidades de gerenciamento de atividades específicas, pouco usuais ou até inéditas, que são praticadas por empresas que atuam no ramo de Planos de Saúde.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PADRONIZAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Stevenson (2001) cita como vantagens da padronização a redução dos custos de produção e o aumento da produtividade. Trabalhos recentes mostram benefícios como a cooperação global e a padronização e documentação de procedimentos nas atividades de recrutamento de uma empresa detectados por Muenstermann *et al.* (2010) Garcia *et al.* (2013) ou a melhor documentação, transparência e facilidade de controle dos processos, detectados por Wüllenweber *et al.* (2008) *apud.* Garcia *et al.* (2013), ao analisaram a terceirização de processos de negócios de 215 bancos alemães.

Meegen (2002), relata que a padronização é o caminho seguro para a produtividade e competitividade, pois é uma das premissas onde se assenta o moderno gerenciamento. É obtida, em sua grande parte, de forma voluntária, e consiste de uma atividade sistemática de estabelecer, por intermédio de discussões entre pessoas, o procedimento mais adequado, definindo-o como padrão a ser cumprido.

Diniz (2015), usa o exemplo do futebol, imagine se cada país tivesse um jeito de jogar futebol, certamente cada um iria ter suas normas específicas e seria muito complicado fazer um campeonato mundial, uma copa do mundo. O mesmo acontece com a contabilidade, se cada país tiver uma regra para contabilizar as demonstrações financeiras das empresas, não será possível compará-las e nem fazer um campeonato mundial verificando qual teria o melhor resultado.

A padronização é necessária, pois ela ajuda acompanhar com clareza os resultados contábeis, melhora a tomada de decisão e também propicia a comparação do resultado da empresa com outras do mesmo segmento de mercado (DINIZ, 2015).

1.2 INDICADORES

Para Ottoboni e Pamplona (2011) os indicadores são dados ou informações numéricas que quantificam as entradas (recursos ou insumos), saídas (produtos) e o

desempenho de processos, produtos e da organização como um todo. Podem ser simples (decorrentes de uma única medição) ou compostos, e diretos ou indiretos em relação à característica medida, bem como específicos (atividades ou processos específicos) ou globais (resultados pretendidos pela organização).

Relacionou-se nos Quadros de 1 a 6 os principais indicadores econômico-financeiros propostos na literatura por Matarazzo (2010) e Assaf Neto (2012).

Quadro 1 – Relação dos Indicadores econômicos financeiros: índices de estrutura de capital

	Nº	ÍNDICE	FÓRMULA	INFORMAÇÃO GERADA	INTERPRETAÇÃO
ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL	1	Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{\text{Capitais de Terceiros} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100,00 de capital próprio	Quanto menor melhor > 100% mais capital de terceiros < 100% menos capital de terceiros
	2	Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante} \times 100}{\text{Capitais de Terceiros}}$	Qual percentual de obrigações da empresa vencerão em curto prazo	Quanto menor melhor < 50% menos da metade das obrigações da empresa vencerão no curto prazo
	3	Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{(\text{Ativo Não Circ.} - \text{RLP}) \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Quanto reais a empresa aplicou no ativo permanente para cada R\$ 100,00 de Patrimônio líquido	Quanto menor melhor < 100% sobram recursos do Patrimônio líquido > 100% a empresa utilizou recursos de terceiros para financiar seus investimentos

Quadro 2 – Relação dos Indicadores econômicos financeiros: índices de liquidez

ÍNDICES DE LIQUIDEZ	1	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{ELP}}$	Quanto a empresa possui de ativo circulante + ativo realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total	Liquidez geral > R\$1,00 indica relativa folga financeira quanto ao cumprimento das obrigações de longo prazo; < R\$1,00 indica possíveis problemas no pagamento das dívidas.
	2	Liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo	Quanto maior melhor. > 1 capital circulante líquido disponível para eventual liquidação de obrigações = 1 capital circulante nulo, direitos e obrigações se equivalem. < 1 capital circulante negativo, insuficiência de capital disponível para quitar obrigações a curto prazo.
	3	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui em dinheiro para cada R\$ 1,00 de dívidas a curto prazo.	Quanto maior melhor. Geralmente esse indicador apresentará valores inferiores a R\$ 1,00, pois para valores acima de R\$1,00 implicaria em excesso de recurso disponível.

Quadro 3 – Relação dos Indicadores econômicos financeiros: índices de rentabilidade

ÍNDICES DE RENTABILIDADE	1	Giro do Ativo	$\frac{\text{Receitas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$	Quanto o a empresa obteve de receitas líquidas para cada R\$ 1,00 de capital investido.	Quanto maior melhor. Indica quantas vezes o faturamento líquido é maior que o total do ativo.
	2	Margem de Lucro Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Receita Total}}$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de receita total	Quanto maior melhor.
	3	Rentabilidade do Ativo (ROA)	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo Total}}$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 de capital investido, no exercício	Quanto maior melhor.
	4	Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100 de capital próprio investido, em média, no exercício	Quanto maior melhor.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010) e Assaf Neto (2012).

Quadro 4 – Relação dos Indicadores econômicos financeiros: índices de alavancagem operacional e financeira

ALAVANCAGEM OPERACIONAL E FINANCEIRA	1	Grau de alavancagem financeira (GAF)	$\frac{\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido}}{\text{Rentabilidade do Ativo antes das despesas financeiras}}$ <p style="text-align: center;">Ou</p> $\frac{\text{Lucro Operacional}}{(\text{Lucro Operacional} - \text{despesas financeiras})}$	Alavancagem < 1 efeito negativo do capital de terceiros para o retorno dos acionistas; Alavancagem > 1 efeito positivo do capital de terceiros para o retorno dos acionistas.	Sempre que o índice de GAF for maior que 1 pode-se afirmar que a situação é favorável. Se o valor for negativo mostra que o investimento feito não cobre o custo da dívida adquirida e ainda resulta em um prejuízo.
	2	Grau de alavancagem operacional (GAO)	$\text{GAO} = \frac{\Delta\% \text{ Lucro Operacional}}{\Delta\% \text{ Receita Operacional}}$ <p style="text-align: center;">Sendo:</p> $\Delta\% \text{ Lucro Operacional: } \frac{LO_{\text{final}} - LO_{\text{inicial}}}{LO_{\text{inicial}}} \times 100$ $\Delta\% \text{ Receita Operacional: } \frac{RO_{\text{final}} - RO_{\text{inicial}}}{RO_{\text{inicial}}} \times 100$	Qual o aumento percentual dos resultados operacionais para cada 1% no aumento de vendas	Quanto maior melhor. O GAO mede o efeito que um aumento nas receitas operacionais de uma empresa gerará em seu lucro operacional.
	3	Grau de alavancagem total (GAT)	GAT = GAO X GAF	Qual o aumento percentual do lucro líquido para cada 1% no aumento de vendas	Quanto maior melhor.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010) e Assaf Neto (2012).

Quadro 5 – Relação dos Indicadores econômicos financeiros: índices de atividades

ÍNDICES DE ATIVIDADES	1	PME	$\frac{\text{Estoque} \times 360}{\text{Custo Médio Vendas}}$	Quantidade média de dias que a empresa retém seus produtos no estoque a partir da compra	Quanto menor melhor. Quando esse índice diminui de um ano para outro, significa que a empresa está sendo mais eficiente.
	2	PMRV	$\frac{\text{Duplicatas a receber} \times 360}{\text{Vendas Anuais}}$	Quantidade média de dias que a empresa demora para receber suas vendas	Quanto menor melhor. Quando esse índice diminui de um ano para o outro a empresa está sendo eficiente, pois está conseguindo receber as vendas feitas a prazo em um prazo mais rápido.
	3	PMPF	$\frac{\text{Fornecedores} \times 360}{\text{Compras}}$	Quantidade média de dias que a empresa paga seus fornecedores a partir da compra	Quanto maior melhor. Quando esse índice aumenta de um ano para outro, significa que a empresa está sendo mais eficiente.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010) e Assaf Neto (2012).

Quadro 6 – Relação dos Indicadores econômicos financeiros: indicadores de avaliação de estrutura financeira

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE ESTRUTURA FINANCEIRA	1	Capital Circulante Líquido (CCL)	$CCL = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$	Sobra nominal de recursos a curto prazo (se positivo) ou Falta nominal de recursos a curto prazo (se negativo)	Indica o volume de recursos de longo prazo alocados para financiar o capital de giro.
	2	Saldo de Tesouraria (ST) Ou Saldo Disponível (SD)	$ST = \text{Ativo Financeiro} - \text{Passivo Financeiro}$ (* Obs: Ativo Financeiro = Disponibilidades + aplicações financeiras Passivo Financeiro = Empréstimos e Financiamentos + Outros passivos de curto prazo	Saldo (positivo ou negativo) que a empresa possui de recursos financeiros descontando seus passivos financeiros	Se positivo melhor. Esse índice é uma medida de margem de segurança financeira de uma empresa, que indica sua capacidade interna de financiar um crescimento de atividade operacional.
	3	Necessidade de Investimento em Giro (NIG)	$NIG = \text{Ativo Cíclico} - \text{Passivo Cíclico}$ (* Obs: Ativo Cíclico = valores a receber + estoque Passivo Cíclico = Fornecedores + Obrigações Fiscais + Provisões + Obrigações Sociais e Trabalhistas	Esse índice revela o montante de capital permanente que uma empresa necessita para financiar seu capital de giro. O NIG é essencial para se avaliar o equilíbrio financeiro da empresa	$CCL > NIG$ indica que a empresa tem recursos em excesso diante de necessidades permanentes do capital de giro.
	4	Margem EBITDA (Lucro Antes de Juros e Imposto de Renda - LAJIR)	$EBITDA = \text{Lucro Operacional antes do IR} + \text{Depreciação} + \text{Amortização}$	Quanto a empresa gera de lucro (ou prejuízo) apenas em suas atividades operacionais, sem considerar os efeitos financeiros e de pagamento de tributos.	EBITDA é um tipo de medida financeira, que visa identificar o montante de lucro que uma empresa obteve em determinado período de tempo.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010) e Assaf Neto (2012).

Matarazzo (2010), define que a avaliação econômico-financeira de indicadores pode ser feita de três modos: a) pelo valor intrínseco do índice; b) através da comparação de indicadores ao longo de vários exercícios e c) pela comparação com índices de várias empresas, do mesmo setor.

Trabalhar com o valor intrínseco do índice de forma isolada por vezes não gera uma boa compreensão do resultado para efeitos de análise do desempenho da empresa. Os indicadores analisados ao longo de vários exercícios melhoram a visão do analista, pois permitem acompanhar o rumo das decisões tomadas pelos gestores, entretanto segundo Matarazzo (2010), somente a comparação entre indicadores-padrões consegue evidenciar se o índice apurado por uma empresa pode ser classificado como ótimo, bom, ruim ou péssimo.

Para trabalhar com os indicadores-padrão é importante que o analista selecione com quais índices deseja trabalhar e identifique a maneira como deve interpretá-los, como por exemplo, quanto maior, melhor, quanto menor, melhor. Atendida essa premissa pode-se pensar em calculá-los e tabulá-los (MATARAZZO, 2010).

Segundo recomenda Matarazzo (2010) o importante não é adotar uma quantidade grande de índices, mas sim um conjunto representativo que permita conhecer a situação da empresa com maior acurácia possível.

MÉTODO DE CÁLCULO DO IDSS 2020 (ano-base 2019)

A atual metodologia para o cálculo dos indicadores do Índice de Desempenho de Saúde Suplementar (IDSS) começou a vigorar a partir do ano-base 2017, instituída pela Resolução Normativa nº 423, de 11 de maio de 2017, que introduziu novos indicadores e alterou outros. Segundo a ANS (2020) essa mudança melhor discrimina o desempenho das operadoras, especialmente quanto a seus aspectos assistenciais, e gera resultados que não são mais comparáveis com a metodologia antiga.

O novo cálculo do IDSS segundo a ANS (2020) possibilitou a introdução das seguintes mudanças na avaliação das OPS:

- a) Maior poder de comparação do desempenho das operadoras;
- b) Foco em indicadores que avaliam a qualidade;

- c) Sinergia entre os diversos programas da ANS;
- d) A instituição de Pesquisa de Satisfação do beneficiário;
- e) Ampliação dos subsídios às políticas regulatórias;
- f) Utilização de linguagem amigável para o público leigo ANS (2020).

Conforme a ANS (2019b) o atual cálculo do IDSS contempla a média ponderada dos índices de desempenho das dimensões, conforme os pesos de cada dimensão descritos no Art. 2º da RN nº 423.

Segundo a RN nº 423 o cálculo do IDSS passou a adotar a seguinte fórmula:

$$\text{IDSS} = (\text{IDQS} * 0,30) + (\text{IDGA} * 0,30) + (\text{IDSM} * 0,30) + (\text{IDGR} * 0,10)$$

Onde:

IDSS = Índice de Desempenho de Saúde Suplementar

IDQS = Dimensão da Qualidade em Atenção à Saúde

IDGA = Dimensão de Garantia de Acesso

IDSM = Dimensão de Sustentabilidade no Mercado

IDGR = Dimensão de Gestão de Processos e Regulação (ANS, 2019b).

O IDSS varia de 0 (zero) a 1(um). Os valores próximos a 1 (um) indicam que a atuação da operadora está em conformidade com o estabelecido pela ANS. Valores próximos a 0 (zero) indicam que a atuação da operadora está distante do esperado pela ANS (ANS, 2019b).

Com a introdução da NR nº 423 as dimensões que medem a qualidade da atenção à saúde, a garantia de acesso aos serviços e a sustentabilidade do mercado ganharam mais peso no cálculo. Segundo a ANS, essa alteração nos pesos dá mais ênfase aos indicadores que avaliam os aspectos diretamente ligados ao atendimento prestado aos beneficiários (ANS, 2018).

Com essa nova estruturação, os dados econômico-financeiros foram embutidos no Indicador da Dimensão Sustentabilidade no Mercado (IDSM) que contempla a reunião de outros 6 (seis) sub-índices, a seguir descritos:

- a) Índice de Recursos Próprios (IRP): razão entre o patrimônio líquido (com ajustes por efeitos econômicos) e os compromissos da operadora no longo prazo (Peso 3);

- b) Taxa de Resolutividade de Notificação de Intermediação Preliminar (Peso 2);
- c) Índice Geral de Reclamação (IGR) (Peso 1);
- d) Proporção de Notas Técnicas de Registro de Produtos (NTRPs) com Valor Comercial da Mensalidade Atípicos (Peso 1);
- e) Pesquisa de Satisfação de Beneficiário (pontuação base 0,25);
- f) Autorização prévia anual para movimentação da carteira de títulos e valores mobiliários (Bônus 10%) (ANS, 2018).

Segundo a ANS (2018) o método de cálculo do IRP obedece a seguinte sistemática:

$$IRP = \frac{\text{Patrimônio Líquido Ajustado}}{\text{Recurso Próprio Mínimo}}$$

Onde:

- Patrimônio Líquido Ajustado = Patrimônio Líquido (Patrimônio Social), informado no DIOPS, com ajustes por efeitos econômicos definidos na Instrução Normativa DIOPE – IN nº 50, de 23/11/2012, excetuando os incisos I, II e III do art. 2º.

- Recurso Próprio Mínimo = maior valor entre o Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) e a exigência integral de Margem de Solvência (MS) (ANS, 2018).

A pontuação do IRP da operadora deve ser pelo menos igual a 1(um).

A interpretação do IRP propõe refletir a capacidade da operadora em honrar seus compromissos no longo prazo a partir do patrimônio constante das informações financeiras periódicas enviadas à ANS (ANS, 2018).

Para apuração desse indicador é realizada a comparação do Patrimônio, ajustado por efeitos econômicos previstos na regulamentação vigente, com o maior valor entre o Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) e a exigência integral de Margem de Solvência (MS) (ANS, 2018).

PLANOS DE SAÚDE

Segundo ANS os planos de saúde surgiram nos EUA no ano de 1920, somente em 1960 veio para o Brasil, quando as empresas começaram a fornecer planos de assistência médica aos colaboradores, porém só foram regulamentados

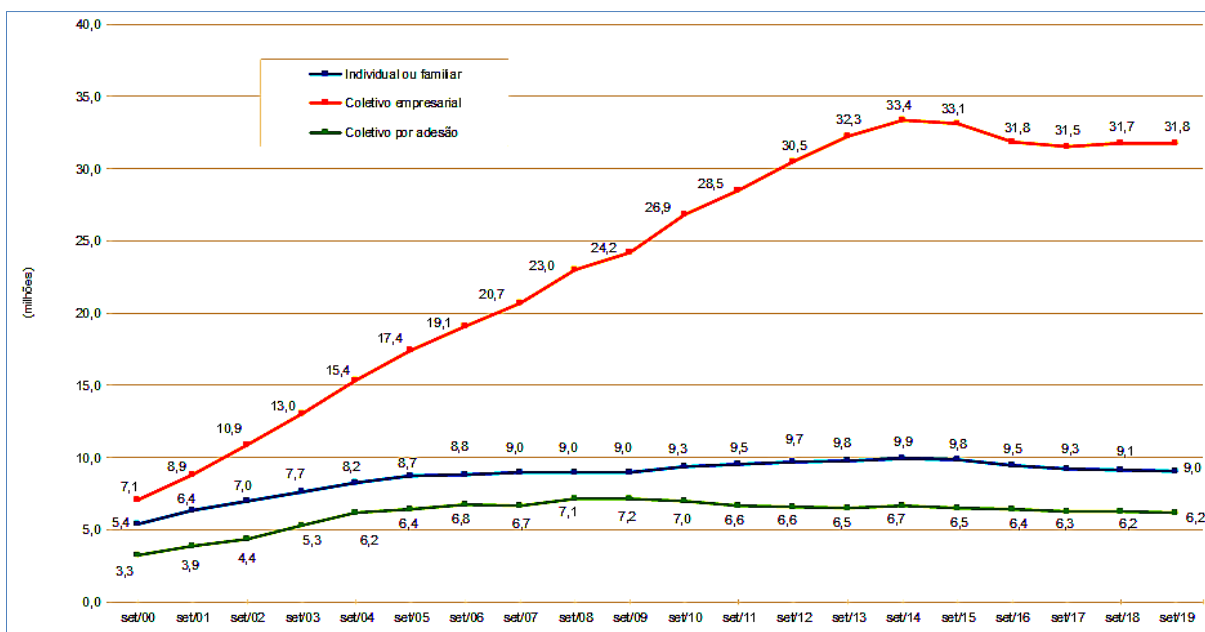
no final da década de 90, No ano de 2000 criou-se Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão do governo que regulamenta e fiscaliza este setor (ANS, 2019a).

A Lei 9.656/98 – Lei dos Planos de Saúde (LPS) alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, atualmente em vigor, define as Operadoras de Plano de Assistência à Saúde como pessoas jurídicas constituídas sob a modalidade de sociedade civil ou comercial, cooperativa, ou entidade de autogestão, que operem com produtos, serviços ou contratos de prestação continuada ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecidos, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência médica, obstetrícia, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente a expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor (BRASIL, 2001).

Estima-se que atualmente 47 milhões de pessoas possuam planos de saúde, dividido em 751 operadoras, sendo que as três principais são Amil, Bradesco Saúde e Hapvida Assistência Médica, juntas elas possuem 19% do mercado (ANS, 2019c).

Os beneficiários dos planos coletivos empresariais são maioria entre os planos de assistência médica no Brasil, conforme mostra os dados do gráfico da Figura 1.

Figura 1 - Beneficiários de planos privados de assistência à saúde Brasil entre os anos 2000 a 2019.



Fonte: ANS (2019c).

Os tipos de planos de saúde no Brasil definidos pela Lei 9.656/98 podem ser categorizados e diferenciados quanto à forma de contratação, à data de assinatura do contrato, ao tipo de cobertura assistencial, à abrangência geográfica e à organização da rede de serviços:

Quanto à forma de contratação existem os tipos: a) Individual ou familiar, quando contratado por pessoa física; b) Coletivo empresarial quando contratado por empresa ou empresário individual; c) Coletivo por adesão se for contratado por meio de sindicato ou associação (ANS, 2019a).

Quanto à data de assinatura do contrato dos planos de assistência à saúde existem os tipos seguintes: a) Contrato novo: àquele celebrado depois da vigência da Lei nº 9.656/98. Todos os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 1999 têm que ter registro na ANS e estão totalmente sujeitos à nova legislação; b) Contrato adaptado: àquele contrato antigo adaptado às normas estabelecidas na Lei nº 9.656/98 e c) Contrato antigo: àquele celebrado antes da vigência da Lei nº 9.656/98 que não foram adaptados às novas regras estabelecidas; não podem mais ser comercializados. Permanecem válidos apenas para os beneficiários que não optarem pela adaptação às novas regras, mas são intransferíveis (sua transferência é vedada a terceiros sob qualquer pretexto) e suas condições são garantidas apenas ao titular e aos dependentes já inscritos (ANS, 2019a).

Quanto à cobertura assistencial os planos de assistência à saúde podem ser:

- a) com Cobertura Ambulatorial que compreende consultas médicas em clínicas ou consultórios, exames, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais e atendimentos de emergência limitados às primeiras 12 horas do atendimento;
- b) Cobertura Hospitalar sem Obstetrícia que garante regime de internação hospitalar, com exceção da atenção ao parto;
- c) Cobertura Hospitalar com Obstetrícia que além do regime de internação hospitalar inclui a atenção ao parto e a cobertura assistencial ao recém-nascido durante os primeiros 30 dias;
- d) Cobertura dos planos da segmentação Referência que engloba assistência médico-ambulatorial e hospitalar com obstetrícia e acomodação em enfermaria, e atendimento de urgência e emergência integral;
- e) Cobertura Exclusivamente Odontológica, compreendendo consultas, exames, atendimentos de urgência e emergência odontológicos, exames auxiliares ou complementares, tratamentos e demais procedimentos realizados em ambiente ambulatorial desde que previstos no rol de procedimentos estabelecidos pela ANS (ANS, 2019a).

Quanto à abrangência geográfica: o local de atendimento pode ser apenas na cidade, no estado, em grupos de cidades ou de estados e em todo o país.

Quanto à organização da Rede de Serviços de plano de saúde: cada plano também conta com uma rede credenciada de hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais de saúde que prestarão o atendimento com a finalidade de garantir a cobertura assistencial contratada (ANS, 2019a).

A Resolução da Diretoria Colegiada nº 39/2000 classifica as OPS pelo tipo de atenção à saúde prestada, por modalidade e por segmentação. Quanto a modalidade, as OPS são classificadas em:

I - Administradoras: se enquadram nessa modalidade as empresas que coordenam, controlam e administram planos de assistência à saúde financiados por outras OPS;

II - Cooperativa Médica: se enquadram nessa modalidade as empresas nas quais os próprios médicos são simultaneamente sócios e prestadores de serviços, e recebem pelos serviços prestados de forma proporcional à sua produção;

III - Cooperativa Odontológica; se enquadram nessa modalidade as sociedades de pessoas sem fins lucrativos, constituídas conforme a política nacional

de cooperativismo, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que operam exclusivamente planos odontológicos;

IV – Autogestão: se enquadram nessa modalidade as empresas ou organizações que administram o programa de assistência à saúde dos seus empregados e dependentes. Opera com recursos e serviços credenciados (convênios) ou de livre escolha (reembolso);

V - Medicina de Grupo: se enquadram nessa modalidade as empresas que operam com um tipo de contrato popularmente conhecido como convênio médico. As prestações de serviços médicos e hospitalares garantidas mediante a realização de contratos com os clientes (beneficiários) dos quais são cobrados valores fixos submetidos a reajustes periódicos;

VI - Odontologia de grupo: enquadram-se nessa modalidade as empresas que não são cooperativas, mas operam exclusivamente Planos Odontológicos;

VII - Filantropia: se enquadram nessa modalidade as entidades sem fins lucrativos que operam planos privados de assistência à saúde, certificadas como entidades filantrópicas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e declaradas de utilidade pública junto ao Ministério da Justiça ou junto aos órgãos dos governos estaduais e municipais;

VIII – Seguradoras: se enquadram nessa modalidade as empresas seguradoras especializadas em saúde, a maior parte é vinculadas à empresas independentes ou a bancos nacionais, elas fazem a intermediação financeira reembolsando os gastos com assistência médica diretamente ao segurado dentro de limites estipulados contratualmente nas apólices (ANS, 2019a).

ESTUDOS PRECEDENTES

Estudos precedentes de gestão da área da saúde apontam de forma geral para a importância dos indicadores como forma de garantir que os serviços contratados pelos beneficiários das OPS sejam satisfatoriamente atendidos.

A regulação imposta pela ANS às OPS antes da introdução da nova Resolução Normativa nº 423, de 11 de maio de 2017, baseava-se em quatro categorias de indicadores: a) Indicadores de liquidez, que representam o instrumento de medida da capacidade da entidade em honrar seus compromissos de curto e

longo prazo; b) Indicadores de estrutura: que monitoram o grau de endividamento, o nível de imobilização, e também a capacidade financeira da entidade; c) Indicadores de rentabilidade: que avaliam a lucratividade, a capacidade de sobrevivência da entidade, sua atratividade financeira, indicando se os riscos incorridos na operação estão sendo adequadamente remunerados; d) Indicadores operacionais ou de custos assistenciais que são peculiares do setor, que evidenciam o quanto a empresa gasta para colocar seus produtos à disposição do consumidor (SOARES *et al.*, 2009).

Dentre os estudos de diversos autores separados para compor a base de dados dessa pesquisa foram selecionadas dez obras, Quadro 7, que tratam especificamente da importância dos estudos dos indicadores para a gestão econômico-financeira da saúde suplementar no Brasil:

Quadro 7 – Relação de estudos precedentes sobre os principais indicadores que podem ser utilizados no processo de gestão de uma OPS

1	Autores/Ano: SOARES; THÓPHILO; CORRAR (2009).	Título: Avaliação de indicadores econômico-financeiro de operadoras de planos de saúde brasileiras: uma aplicação da análise fatorial.
	Essa pesquisa comparou indicadores tradicionais de Estrutura de Capital (Participação de Capitais de Terceiros, Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido, Imobilização de Recursos não-Circulantes), de Rentabilidade (Giro do Ativo Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido), de Liquidez (Liquidez Corrente, Liquidez Geral) e os indicadores Operacionais (Indicador de despesa Assistencial, Indicador Combinado e Combinado Ampliado) com os indicadores usados pela ANS. Obtendo como resultado que os indicadores utilizados pela ANS são especialmente relevantes para avaliar o desempenho das OPS.	
2	Autores/Ano: BALDASSARE (2014)	Título: Análise do desempenho econômico-financeiro de operadoras de planos de saúde no mercado de saúde suplementar brasileiro.
	Essa pesquisa identificou e analisou especificamente os indicadores: Retorno sobre Ativos, Retorno Operacional sobre Ativos, Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Liquidez Corrente e Sinistralidade, obtendo como fator que mais interfere na variabilidade dos indicadores das OPS: a modalidade da operadora (quanto à modalidade as OPS são classificadas em autogestão, cooperativas médicas, medicinas de grupo e seguradoras). Contudo apesar das OPS pertencerem a diferente modalidade elas atuam em um único segmento “atividades de atenção à saúde humana” por esse motivo em intervalos de tempos mais longos a tendência é que as diferenças entre as modalidades sejam mais sutis, uma vez que todas as operadoras atuam em um mercado regulado, pois a existência da ANS tende a homogeneizar as atividades e atuação das empresas do setor de saúde privada.	
3	Autores/Ano: SILVA; LOBEL (2016a)	Título: Desempenho Econômico-Financeiro de conjuntos de operadores de planos de saúde: uma análise comparativa.
	Essa pesquisa apresentou uma análise dos índices financeiros de endividamento de curto prazo e liquidez corrente, dos índices econômicos de retorno sobre o ativo total,	

	<p>retorno operacional sobre o ativo total e retorno sobre o patrimônio líquido, e o índice operacional da sinistralidade para OPS agrupadas segundo critérios de porte região de atuação e modalidade. Como resultado, obteve-se que diferentes conjuntos de operadoras agrupadas por modalidade apresentaram desempenhos superiores, e essa variabilidade é verificada em todos os índices-médios; as operadoras de pequeno porte destacam-se em relação ao índice de liquidez corrente; e as operadoras da região Sul destacam-se em relação ao endividamento de curto prazo, à liquidez corrente e à sinistralidade.</p>	
4	<p>Autores/Ano: KUDLAWICZ; SANTOS (2013).</p>	<p>Título: Perfil financeiro das empresas brasileiras operadoras de planos de saúde: um estudo exploratório.</p>
	<p>Nesse estudo foram selecionadas apenas as OPS que tratam da saúde dos seus beneficiários e excluídas as modalidades: administradoras e seguradoras. Foram usados 13 indicadores ligados a 6 fatores: 1) Fator Rentabilidade, indicadores usados: Retorno sobre o Ativo, Margem de Lucro Operacional, Margem de Lucro Bruto, MARG_EBITDA; 2) Fator Liquidez, indicadores: Endividamento Total, Liquidez Geral e Liquidez Corrente; 3) Fator Lucro bruto, indicador: Margem de Lucro Bruto; 4) Fator Composição da dívida, usando como indicadores: Composição do Endividamento e Giro do Ativo Total; 5) Fator capital próprio, usando os indicadores Capital de Terceiros sobre Capital Próprio e Retorno sobre o Patrimônio Líquido e 6) Fator imobilização, composto pelo indicador Imobilização do Ativo Total. Os resultados da pesquisa apontaram que os 13 indicadores financeiros agrupados nos 6 fatores possuem o poder de explicação acima de 75% das modalidades de OPS analisadas, ratificando a importância do Programa de Qualificação da ANS em monitorar e privilegiar a transparência dos resultados das OPS. Sendo que o fator que mais se sobressai em importância para a análise do setor é o fator rentabilidade.</p>	
5	<p>Autores/Ano: JESUS; QUEIROZ; CRUZ (2017).</p>	<p>Título: Análise de indicadores de <i>performance</i> das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde do Programa de Qualificação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.</p>
	<p>Essa pesquisa identificou uma relação positiva entre indicadores econômico-financeiros e os operacionais estabelecidos pela Resolução Normativa n. 139 que instituiu o Programa de Qualificação da Saúde Suplementar (PQSS) para classificar as OPS por meio da criação do Índice de Qualificação da Saúde Suplementar (IDSS) que reuni quatro dimensões: Atenção à Saúde (IDAS), Estrutura e Operação (IDEO), Econômico-Financeiro (IDEF) e Satisfação dos Beneficiários (IDSB). Sendo possível concluir que o IDEF possui poder explicativo nas variações dos indicadores operacionais: IDAS, IDEO e pouco poder explicativo em relação às variações do IDSB.</p>	
6	<p>Autores/Ano: SILVA; LOBEL (2016b)</p>	<p>Título: Análise do desempenho econômico-financeiro de operadoras de planos privados de saúde do setor brasileiro de saúde.</p>
	<p>Esse artigo analisou o desempenho econômico-financeiro de OPS sob influencia dos fatores: operadora, ano, modalidade, porte e região. Incluiu as modalidades: Autogestão, Cooperativa Médica, Filantropia, Medicina de Grupo e Seguradora. Foram considerados sete índices: Retorno sobre Ativo Total, Retorno Operacional sobre Ativo Total, Retorno sobre Patrimônio Líquido, Endividamento Geral, Endividamento de Curto Prazo, Liquidez Corrente e Sinistralidade. Como resultados, o fator “modalidade de operadora” apresentou maior poder de explicação da variabilidade do desempenho entre as OPS, indicando que as fontes de variação estão relacionadas aos fatores internos das operadoras. Da amostra, dezesseis operadoras tiveram um desempenho superior em mais de um índice, delineando o seguinte perfil de OPS: modalidade Autogestão; Pequeno Porte; atuação na região Sudeste; melhor pontuação em índices financeiros.</p>	
7	<p>Autores/Ano:</p>	<p>Título: Gestão do capital de giro em operadoras de</p>

	AVELAR; SOUZA (2018)	planos de saúde: uma análise sob a perspectiva do modelo dinâmico.
	<p>Essa pesquisa apresentou resultados da análise da gestão do capital de giro, sob a perspectiva do modelo dinâmico de OPS brasileiras no período de 2012 a 2016. Foram incluídas 818 operadoras classificadas na modalidade autogestão, cooperativa médica, cooperativa odontológica, filantropia, medicina de grupo e odontologia de grupo. Os resultados demonstram que as estruturas financeiras das OPS, que evidenciam aspectos da gestão de seu capital de giro segundo o modelo dinâmico, são discrepantes entre as diferentes modalidades de operadoras e que entre os anos de 2015 e 2016 todas as operadoras apresentaram deterioração de suas estruturas financeiras necessitando aumentarem seu capital de giro e com isso reduzindo sua liquidez. Foram usados os indicadores: necessidade de capital de giro (diferença entre ativo operacional e passivo operacional), capital de giro (diferença entre o passivo estratégico e o ativo estratégico) e saldo de tesouraria (diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro). Portanto sob a perspectiva da lucratividade, liquidez e solvência, a classificação geral da qualidade da gestão do capital de giro das OPS por modalidade apresentaram a seguinte ordem classificatória: Autogestão (excelente); Cooperativa Odontológica (sólida); Medicina de Grupo (insatisfatória) ; Odontologia de Grupo (alto risco); Cooperativa Médica (muito ruim) e Filantropia (péssima).</p>	
8	Autores/Ano: COTA; SILVA; GRECCO (2018).	Título: Análise das Demonstrações Contábeis das Operadoras de Planos de Saúde Segundo a sua Modalidade.
	<p>Essa pesquisa investigou o comportamento dos indicadores econômicos, considerando a modalidade das OPS. Os indicadores usados foram: a) Indicadores de Rentabilidade: Retorno sobre Ativo Total, Retorno sobre Patrimônio Líquido, Margem de Lucro Bruto, Margem de Lucro Líquido, Margem EBIT (LAJIR) Lucro antes de Juros e Impostos, Margem EBITDA (LAJIDA) Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortização; b) Indicadores de Capital: Imobilização do Ativo Total, Índice de Endividamento, Composição do endividamento; c) Indicadores Operacionais: Índice de Despesas Assistenciais, ou Despesas Médicas, ou Ainda, Sinistralidade, Índice de Despesas de Comercialização, Índice de Despesas Administrativas, Índice Combinado, Índice Combinado Ampliado; d) Indicadores de Ciclo Financeiro: Prazo Médio de Contraprestações a Receber, Prazo Médio de Pagamento de Eventos; e) Indicadores de Liquidez: Liquidez Geral, Liquidez Corrente; Indicadores de Tíquete Médio: Tíquete Médio Mensal em R\$. Os resultados apresentados demonstraram que a estrutura de operação, formação da carteira, formação da rede, entre outras características variam de acordo com a modalidade e influenciam nos indicadores. A pesquisa também evidenciou que as operadoras estão vivenciando dificuldade na <i>performance</i> de formação de carteiras, em função dos aumentos dos custos das assistências, do envelhecimento dos beneficiários, aumento do desemprego, e que isso impacta diretamente na carteira de planos empresariais.</p>	
9	Autores/Ano: BARCELOS (2018)	Título: Análise do Desempenho Econômico-Financeiro da Cooperativa de Trabalho Médico Unimed Araxá a partir do Plano de Contas Padrão da Agência Nacional De Saúde Suplementar
	<p>Essa pesquisa apresenta um estudo de caso que buscou analisar o desempenho econômico-financeiro da operadora Unimed Araxá, a partir Plano de Contas Padrão da ANS, entre os anos 2010 e 2015, comparando os indicadores de desempenho econômico-financeiro dessa cooperativa com outras da Federação, através das informações divulgadas no Anuário: Aspectos Econômico-Financeiros das Operadoras de Planos de Saúde. Ainda a pesquisa realizou a análise vertical do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício para avaliar seu comportamento estratégico competitivo ao longo dos anos. Para análise pela técnica</p>	

	de indicadores-padrão utilizou como indicadores financeiros: Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Imobilização do Ativo Total; como Indicadores da situação econômica: Retorno sobre Ativo, Margem de Lucro Líquido; como Indicadores de Desempenho Operacional o COMBA e o DM. Os resultados obtidos demonstraram que a atividade da operadora Araxá foi lucrativa em todos os anos considerados com uma média de lucros acima de 30% de sua receita líquida. O que levou a firma expandir sua operação com a construção de um hospital, esta estratégia limitou a entrada de concorrentes e monopolizou o mercado onde atua, refletindo em um bom desempenho econômico financeiro ao longo dos anos para a operadora da Unimed Araxá.	
	Autores/Ano: MIRANDA (2018)	Título: Capital de giro e desempenho da saúde suplementar: uma perspectiva das operadoras de planos de saúde a partir do Modelo Fleuriet.
10	Essa pesquisa apresenta um comparativo entre o Modelo de Avaliação de Fleuriet de Análise Econômico-Financeira (que consiste na reclassificação das contas do Balanço Patrimonial e adota três indicadores, a saber, Capital de Giro, Necessidade de Capital de Giro e Saldo de Tesouraria, cuja combinação destes indicadores forma 6 tipos de estruturas financeiras classificadas de Excelente a Alto Risco) com a dimensão econômico-financeira do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) adotado pela ANS, denominado de Índice de Desempenho Econômico-Financeiro (IDEF), que é formado por quatro indicadores: Patrimônio Líquido Ajustado por Margem de Solvência, Liquidez Corrente, Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados, Suficiência em Ativos Garantidores Vinculados. Os resultados dessa comparação apontou para existência de uma diferença entre a pontuação do IDEF dentre as estruturas do modelo de Fleuriet, diante dos resultados presume-se que os parâmetros do IDEF fornecem uma visão mais parcial da estrutura financeira das OPS, que não evidenciam integralmente as tendências e comportamento da situação de liquidez das OPS no curto prazo, criando uma lacuna de informação que poderia nortear diretrizes e ações do órgão regulador, bem como fornecer dados relevantes para alavancagem dos negócios das OPS. O estudo endossa a importância do uso de ferramentas como o modelo de Fleuriet para se ter uma gestão de finanças de curto prazo mais acurada para o setor de saúde suplementar no Brasil, mas não é conclusivo porque conforme explica a própria Agência os resultados dos índices de cada ano das OPS não são totalmente passíveis de comparação devido as alterações sofridas nos critérios de cálculo de cada período, ao longo dos anos. A partir do momento que essa estabilidade estiver assegurada estudos comparativos poderão apresentar conclusões mais robustas sobre o perfil financeiro das OPS, contribuindo para a melhoria das análises econômico-financeiras do setor de saúde suplementar no Brasil.	

Fonte: a autora (2020).

Dos estudos arrolados no Quadro 7, 9 (nove) deles ratificaram a eficácia e importância do uso dos indicadores econômico-financeiros tradicionais no auxílio da gestão das OPS. Alguns estudos salientaram que os resultados apurados pelos indicadores variam conforme a modalidade ou tipo da operadora, cuja classificação compreende operadoras de autogestão, cooperativas médicas, filantrópicas, medicinas de grupo ou seguradoras.

O Quadro 8 mostra que os 6 (seis) primeiros indicadores tradicionais mais cotados mencionados por até sete estudos, foram os indicadores: Retorno sobre Ativos, Liquidez Corrente, Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Sinistralidade (Índice

de Despesas Assistenciais ou Médicas) e Liquidez Geral; seguidos pelos indicadores: Composição do Endividamento, Margem de Lucro Líquido, que foram mencionados em três estudos respectivamente.

Quadro 8 – Identificação dos indicadores mais mencionados nos estudos precedentes

INDICADOR	Nº de identificação do estudo
Retorno Operacional sobre Ativos (ROA)	1 - 2 - 3 - 4 - 6 - 8 - 9
Liquidez Corrente	1 - 2 - 3 - 4 - 6 - 8 - 9
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	1 - 2 - 3 - 4 - 6 - 8
Sinistralidade (Índice de Despesas Assistenciais ou Médicas)	1 - 2 - 3 - 6 - 8
Liquidez Geral	1 - 4 - 8 - 9
Composição do Endividamento	1 - 4 - 6 - 8
Margem de Lucro Líquido	1 - 8 - 9
Giro do Ativo Total	1 - 4
Participação de Capital de Terceiros	1 - 4
Endividamento de curto prazo	3 - 6
MARG_EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortização)	4 - 8
Margem de Lucro Bruto	4 - 8
Imobilização do Ativo Total	8 - 9
Capital de Giro	7 - 10
Necessidade de Capital de Giro	7 - 10
Saldo de Tesouraria	7 - 10
Imobilização do Patrimônio Líquido	1
Imobilização de Recursos não circulares	1
Indicadores de Desempenho Operacional	9
Análise vertical do Balanço Patrimonial e do DRE	9
Margem EBIT (LAJIR) Lucro antes de Juros e Impostos	8
Índice de Despesas de Comercialização	8
Índice de Despesas Administrativas	8
Prazo Médio de Contraprestações a Receber	8
Tíquete Médio Mensal em R\$.	8
Prazo Médio de Pagamento de Eventos	8
Margem de Lucro Operacional	4

Fonte: a autora (2020).

O estudo número 5 dos autores Jesus, Queiroz e Cruz (2017) apresentou uma análise diferente dos demais estudos, envolvendo apenas os indicadores do IDSS propostos pela RN n. 139, de 27 de novembro de 2006, que instituiu o Programa de Qualificação da Saúde Suplementar para as OPS, ou seja, analisou apenas os índices: Atenção à Saúde (IDAS), Estrutura e Operação (IDEO), Econômico-Financeiro (IDEF) e Satisfação dos Beneficiários (IDSB).

Não foi encontrado na literatura acadêmica nenhum estudo mais recente que abordasse o mesmo tema, considerando as alterações no cálculo do IDSS, instituído pela RN nº 423, de 11 de maio de 2017, atualmente em vigência.

3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002) a pesquisa é um procedimento racional e sistemático que possui o intuito de proporcionar respostas aos problemas propostos. Para Kauarak, Manhães e Medeiros (2010) a pesquisa científica é definida como a elaboração de uma busca planejada, desenvolvida de acordo com as normas de metodologia científica proposta pela ciência. Partindo dessas premissas as próximas subseções desse capítulo apresentam o método adotado para elaboração dessa pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo de caso caracteriza-se como sendo de natureza aplicada, pois, de acordo com Silva e Menezes (2001), este método de pesquisa objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. As pesquisas de natureza aplicada dependem de dados que podem ser coletados de formas diferenciadas, tais como pesquisas em laboratórios, pesquisa de campo, entrevistas, gravações em áudio, gravações em vídeo, diários, questionários, formulários, análise de documentos, etc. (NUNAN, 1997; MICHEL, 2005; OLIVEIRA, 2007).

Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2008):

- a) A Pesquisa Exploratória é o início de todo o trabalho científico, pois busca aumentar as informações sobre o assunto em questão e ilustrar com pesquisas bibliográficas e estudo de caso,
- b) A Pesquisa Descritiva parte do princípio de que os fatos devem ser analisados, classificados e interpretados, sem haver interferência do pesquisador, motivo pelo qual são realizadas investigações de levantamento, podendo ser desenvolvidas nas ciências sociais e humanas, levantando investigações sobre vários quesitos, como opiniões e mercado.

Por fim, com relação aos procedimentos técnicos, utilizou-se o método de pesquisa de campo, tipo estudo de caso por envolver a pesquisa em uma empresa de modo amplo e detalhado. De modo amplo porque depende da caracterização do fenômeno no contexto ou ambiente onde ocorre a coleta de dados e de modo detalhado em relação à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Para Yin (2001), o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que integra o todo com a lógica de planejamento incorporada, e com as abordagens específicas para coleta de dados e análise de dados.

Fonseca (2002) refere-se ao estudo de caso como:

Um estudo de caso pode ser caracterizado de acordo como um estudo de uma entidade bem definida. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria. Sendo assim, esse será o procedimento técnico da pesquisa (FONSECA, 2002).

O presente trabalho em relação ao seu critério de abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa e também quantitativa, através de dados coletados junto ao setor de contabilidade da empresa, que subsidiarão o estudo particular do tema.

Triviños (1987) apresenta cinco características da pesquisa qualitativa que mostram perfeita consonância com este estudo, são elas:

- a) A Pesquisa Qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave;
- b) A Pesquisa Qualitativa é descritiva;
- c) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto;
- d) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente;
- e) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Sobre a pesquisa qualitativa, Deslauriers (1991, p. 58), acrescenta:

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Em contrapartida a abordagem de caráter quantitativo dessa pesquisa se caracteriza em função de que os dados coletados junto a OPS Alpha, terem sido calculados para fins de obtenção dos valores dos indicadores econômico-financeiros da empresa, e de comparação com os dados do setor, representados pela empresa Unimed.

Essa OPS foi escolhida de forma intencional e arbitrária através de uma amostra não probabilista, pois ela apresenta similaridade quanto à modalidade e forma de atuação no mercado em comparação com a OPS Alpha. Marconi e Lakatos (2009) e Spruall (2002) afirmam que os estratos são definidos de acordo com os atributos ou variáveis da população que possuem maior relevância para o propósito da pesquisa e proporciona homogeneidade da amostra na medida em que se reduz a variação entre elementos dos subgrupos.

Gerhardt e Silveira (2009) apontam três características da pesquisa quantitativa que mostram perfeita consonância com este estudo, são elas:

- a) A pesquisa quantitativa utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de dados;
- b) A pesquisa quantitativa trabalha com variáveis numericamente mensuráveis;
- c) As pesquisas quantitativas trabalham com indicadores.

A respeito dos indicadores Gerhardt e Silveira (2009) argumentam que ele é um parâmetro que mede a diferença entre a situação ideal e atual, ou seja, ele indica o estado atual do ponto medido. É um instrumento de medição cujo resultado é utilizado nas análises, pois permite quantificar um processo, e seus índices expressam o grau de aceitação (em porcentagem) da característica ou variável analisada.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente a coleta de dados foi realizada nas bibliotecas virtuais Google Acadêmico e ANS - Sophia Biblioteca, no segundo semestre de 2019, utilizando como termos de pesquisa as palavras: operadoras de plano de saúde, indicadores econômico-financeiros e Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Foram consultados no site da ANS <www.ans.gov.br> as normas regulamentares, as resoluções, os dados estatísticos do setor de saúde suplementar disponibilizados para consulta pública por meio de cadernos-catálogos, com séries históricas atualizadas até o ano de 2019 pela ANS.

O levantamento dos estudos precedentes contou com a busca de aproximadamente 50 (cinquenta) artigos, tendo como período de referência os anos de 2009 a 2020, destes, 10 (dez) foram selecionados porque apresentavam relação com o tema pesquisado e foi realizada a leitura na íntegra dos seus textos.

A pesquisa também contou com um referencial teórico específico sobre os indicadores: de liquidez; de rentabilidade; de estrutura de capital; de atividade; de alavancagem operacional e financeira; de avaliação e de estrutura financeira. Esse material literário foi encontrado em formato e-book, disponibilizado na íntegra em bibliotecas virtuais, incluindo e-books de autores como Assaf Neto, Matarazzo e Ludícibus que são referências na área da gestão e administração de empresas.

Para desenvolvimento do estudo de caso a pesquisa contou com os dados primários da OPS Alpha, que disponibilizou, para efeitos de estudo acadêmico, os demonstrativos contábeis relativos aos anos 2017 e 2018 da operadora.

Para atender os objetivos específicos dessa pesquisa procedeu-se no cálculo dos índices de desempenho econômico-financeiro da OPS Alpha para posterior realização da análise comparativa com os indicadores da Unimed, concorrente representante do setor.

Os arquivos com os dados secundários da OPS Unimed foram pesquisados por meio de acesso a internet, ao site da operadora. Para realização da tabulação dos dados foram usadas planilhas eletrônicas do software Excel.

Os resultados do cálculo dos indicadores da OPS Alpha foram organizados em formato de quadro para facilitar a comparação com os indicadores das OPS Unimed. E, na sequência se procedeu na apresentação da análise descritivo-comparativa de cada um dos índices para os gestores da empresa, que contou com a participação e colaboração da gestora financeira da OPS Alpha.

Foi realizada uma reunião com a gestora visando identificar quais eram os indicadores mais significativos para a análise econômico-financeira da empresa. Após a decisão da escolha dos indicadores se fez a construção dos gráficos e uma análise mais aprofundada e analítica dos mesmos, com a coleta da opinião da

gestora da OPS Alpha para esclarecer o comportamento dos gráficos e consolidar a interpretação dos indicadores.

A coleta de dados transcorreu como programado, foi realizada no final do segundo semestre de 2019, a apresentação e a reunião para a validação dos indicadores com a gestora ocorreu no mês de fevereiro de 2020, na sede da OPS Alpha e contou apenas com a participação da gestora financeira da empresa, cuja opinião foi de extrema relevância para o fechamento das análises dos indicadores.

As análises dos dados foram realizadas com base nas demonstrações contábeis das OPS Unimed e Alpha da mesma região de atuação compreendendo os anos 2017 e 2018. O ano de 2019 não foi incluído porque esse estudo se encerrou antes do fechamento da apuração contábil do ano de 2019 dessas empresas.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 A EMPRESA

A operadora de plano de saúde analisada nesse estudo de caso teve seu pseudônimo identificado como Alpha, é uma empresa que presta serviços de assistência médica desde 1992 com sede administrativa no Estado do Paraná, atualmente conta com mais de 180 médicos clínicos e especialistas, clínicas especializadas, laboratórios e hospitais credenciados, que estão presentes em vários municípios do estado.

Os beneficiários possuem cobertura garantida para todos os procedimentos pertencentes ao Rol de Cobertura Obrigatória da ANS.

A operadora comercializa quatro segmentos de planos: a) Individual que é voltado para pessoas que procuram uma assistência médica somente para um membro de sua família; b) Familiar voltado para quem pretende garantir a assistência médica da família; c) Coletivo Empresarial contratado por empresas (pessoas jurídica) para dar assistência médica aos sócios, dirigentes e colaboradores que possuem vínculo empregatício, podendo ser extensivo aos familiares; d) Coletivo por Adesão que pode ser contratado por pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, como conselhos, sindicatos e associações profissionais.

4.2 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Inicialmente foi feita uma adaptação dos balanços e demonstrativos com o objetivo de padronizar e favorecer a comparabilidade dos dados coletados de ambas as empresas. Foram apurados com base nas contas do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) os valores dos indicadores relacionados no referencial teórico dessa pesquisa, os resultados demonstraram que a OPS Alpha está sendo bem gerida.

Os resultados dos indicadores foram apresentados e explicados para a gestora da OPS Alpha e após a apresentação foi realizada uma entrevista com ela para identificar quais os indicadores configuram como os mais relevantes para a

OPS Alpha, segundo a visão e necessidade da empresa; concluída a reunião foram selecionados 8 (oito) indicadores, que serão explicados em sequência nessa seção.

O primeiro indicador validado foi o indicador da Participação de Capitais de Terceiros; conforme fórmula apresentada no Quadro 1, este indicador evidencia a proporção existente entre os capitais de terceiros e os capitais próprios.

Na contabilidade o Capital de Terceiros é formado por todo o Passivo Exigível, ou seja, pela soma do Passivo Não Circulante com o Passivo Circulante; exemplos de Capitais de Terceiros: empréstimos, financiamentos, dívidas com fornecedores. O Capital Próprio é representado na contabilidade pelo Patrimônio Líquido.

Portanto um percentual superior a 100% nesse indicador evidencia um maior grau de dependência de capital de terceiros para financiar as atividades da empresa.

O Quadro 9 mostra os valores calculados do indicador de Participação de Capital de Terceiros nos anos de 2017 e 2018 para as operadoras de plano de saúde Unimed e Alpha.

Quadro 9 – Análise do índice da participação de capitais de terceiros (em %)

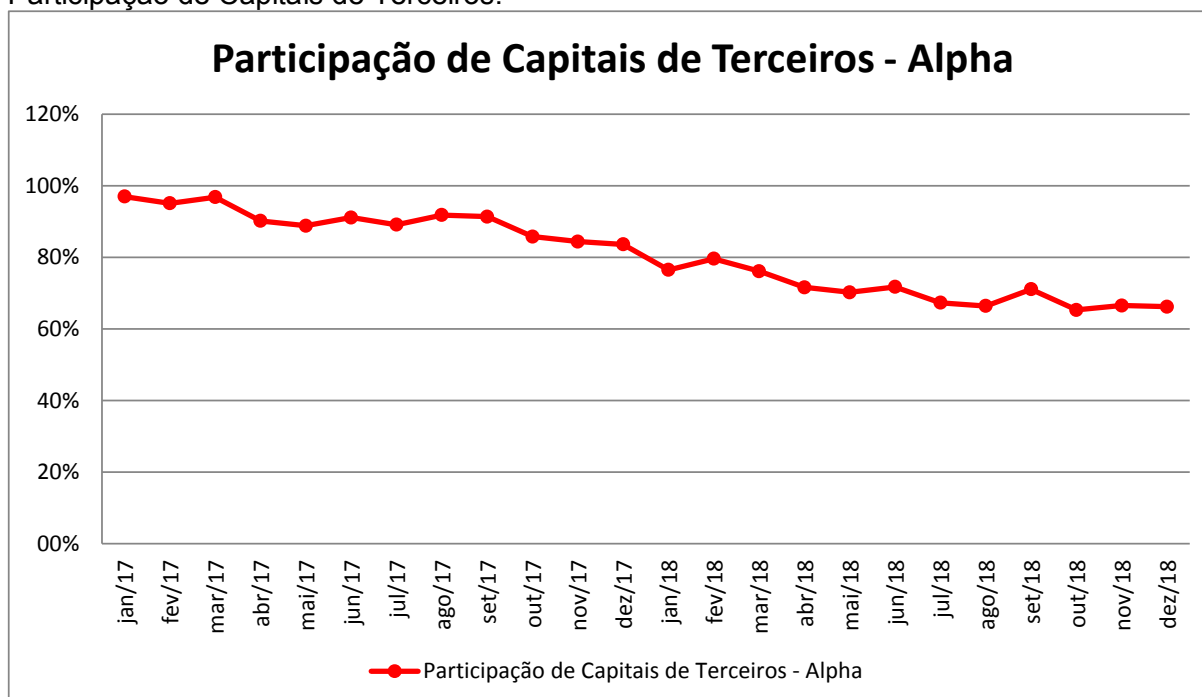
Empresa OPS	2017	2018
UNIMED	212,77	141,65
ALPHA	90,07	70,35

Fonte: a autora (2020).

Conforme apurado no Quadro 9, ambas as empresas melhoraram a cotação desse indicador, a OPS Unimed conseguiu diminuir 71,12 pontos percentuais e a OPS Alpha 19,72 pontos percentuais. Embora tenha conseguido diminuir a participação de capital de terceiros a OPS Unimed demonstra ter um maior endividamento que a OPS Alpha, pois seu comprometimento nesse índice permanece acima de 100%, e conforme a literatura esse indicador deve permanecer abaixo de 100% para não comprometer a rentabilidade da empresa.

Dada à importância desse indicador, conforme a gestora da OPS Alpha se optou por detalhar mensalmente a evolução desse indicador conforme o gráfico da Figura 2. Durante os anos de 2017 e 2018 a empresa manteve esse indicador abaixo de 100% para todos os meses. Adotando uma visão mais analítica do indicador percebe-se um decaimento mensal do índice.

Figura 2: Gráfico com a posição mês a mês da OPS Alpha em relação ao indicador de Participação de Capitais de Terceiros.



Fonte: a autora (2020).

Seguiu-se então com a análise do segundo indicador: Composição do Endividamento conforme a fórmula apresentada no Quadro 1; esse índice é um indicador que mostra a relação entre a dívida de curto prazo e a dívida total da empresa.

Quadro 10 – Análise do indicador de composição do endividamento (em %)

Empresa OPS	2017	2018
UNIMED	89,96	89
ALPHA	100	100

Fonte: a autora (2020).

Ambas as operadoras não apresentam boas pontuações nesse indicador, conforme mostra o Quadro 10, pois a exigibilidade no pagamento das dívidas concentra-se no curto prazo o que exige uma grande disponibilidade de caixa no curto prazo para atendimento das obrigações de ambas empresas.

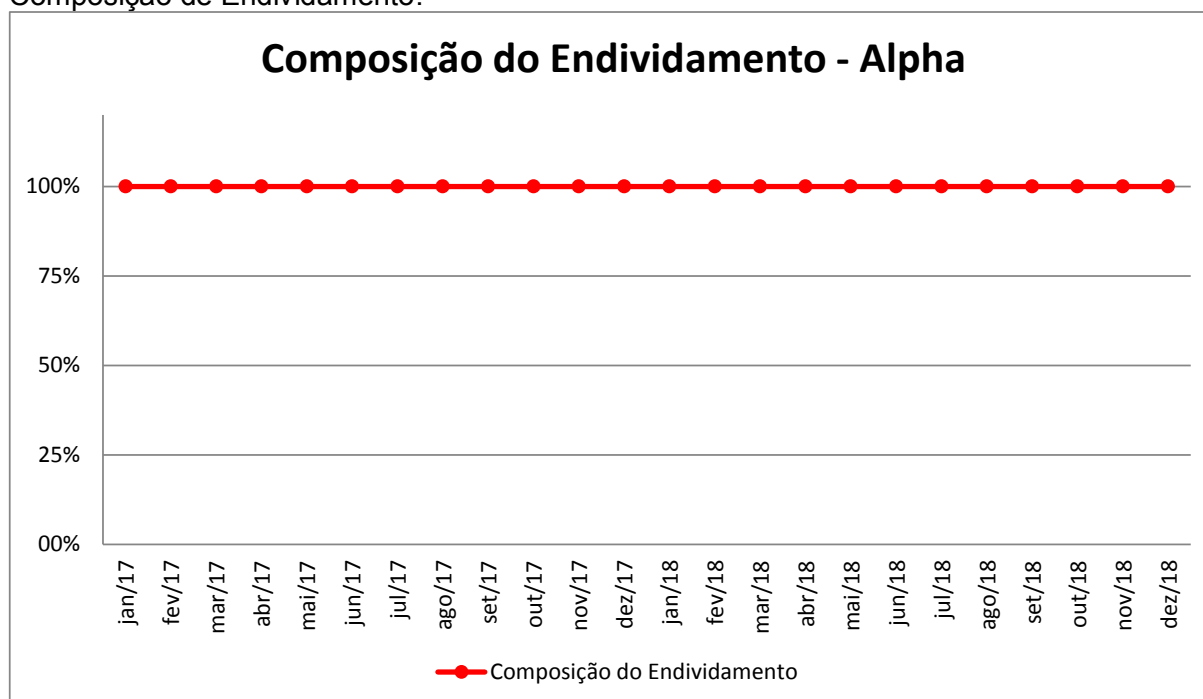
Conforme a gestora da OPS Alpha, o pagamento das obrigações da empresa Alpha são atendidas dentro do exercício, esse é o motivo pelo qual o gráfico da Figura 3, ter apresentado um comportamento constante na marcação de 100% mês a mês.

Quando as empresas operam com pagamento de fornecedores no médio e longo prazo, esse indicador apresenta valores abaixo de 50%. Mas esse não é o caso das operadoras analisadas nessa pesquisa.

Observa-se que o índice de composição do endividamento para OPS Unimed, também apresenta um valor alto, acima de 50%, entre os anos de 2017 e 2018, de 89,96% e 89% respectivamente, isso indica que a empresa precisa manter valores de caixa altos para atender seu endividamento.

Apesar de mantê-los estabilizados, esse resultado não é o mais recomendável, pois o gestor diante desse tipo de cenário fica sem muitas alternativas para gerir o endividamento da empresa, porque depende de um fluxo alto de desembolso de capital para atendimento das obrigações, com um giro muito acelerado de entradas e saídas no caixa para atender as obrigações do dia a dia.

Figura 3: Gráfico com a posição mês a mês da OPS Alpha em relação ao indicador de Composição de Endividamento.



Fonte: a autora (2020).

Os próximos indicadores analisados correspondem ao grupo dos Indicadores de Liquidez cujas fórmulas foram apresentadas no Quadro 2 do referencial teórico dessa pesquisa.

A análise dos indicadores de liquidez enquadra-se em três critérios: se o resultado apurado no índice apresenta valor maior do que 1 significa que a empresa

possui capacidade financeira para cumprir com suas obrigações, se igual a 1 os recursos financeiros de que dispõe empatam com as obrigações a pagar e se for menor do que 1, demonstra que a empresa não tem condições financeiras para quitar todas suas dívidas no curto prazo, caso fosse necessário. Portanto, em tese pode-se considerar que quanto maior for o indicador de liquidez da empresa melhor tende a ser a saúde financeira da mesma, entretanto conforme recomenda a literatura para se ter uma visão geral da saúde financeira de uma empresa os indicadores de liquidez devem ser analisados em conjunto com outros indicadores.

O indicador de liquidez corrente pontua a capacidade de pagamento em curto prazo, o de liquidez geral mede a capacidade de pagamento no longo prazo e o indicador de liquidez imediata, sinaliza se a empresa tem capacidade para pagar suas dívidas de forma imediata.

O Quadro 11 apresenta o cálculo dos indicadores de Liquidez Geral, Corrente e Imediata das OPS Unimed e Alpha nos anos 2017 e 2018.

Quadro 11 – Análise dos Indicadores de Liquidez

Empresas OPS	Liquidez Geral		Liquidez Corrente		Liquidez Imediata	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
UNIMED	1,34	1,53	1,38	1,60	0,04	0,07
ALPHA	2,07	2,38	1,40	1,71	1,36	1,68

Fonte: a autora (2020).

Observou-se que os indicadores de liquidez anual da OPS Alpha atendem valores acima de 1 e demonstram incremento positivo de 2017 para 2018, configurando um bom desempenho inclusive, superando os valores pontuados pela concorrente Unimed.

Em relação a Unimed apenas o indicador de liquidez imediata não apresenta valor acima de 1, ou seja, para pagamento imediato de todas as obrigações a Unimed não apresenta disponibilidade de recursos imediata em seu ativo, no entanto para pagamento das obrigações no curto e no longo prazo demonstrou ter boa viabilidade financeira.

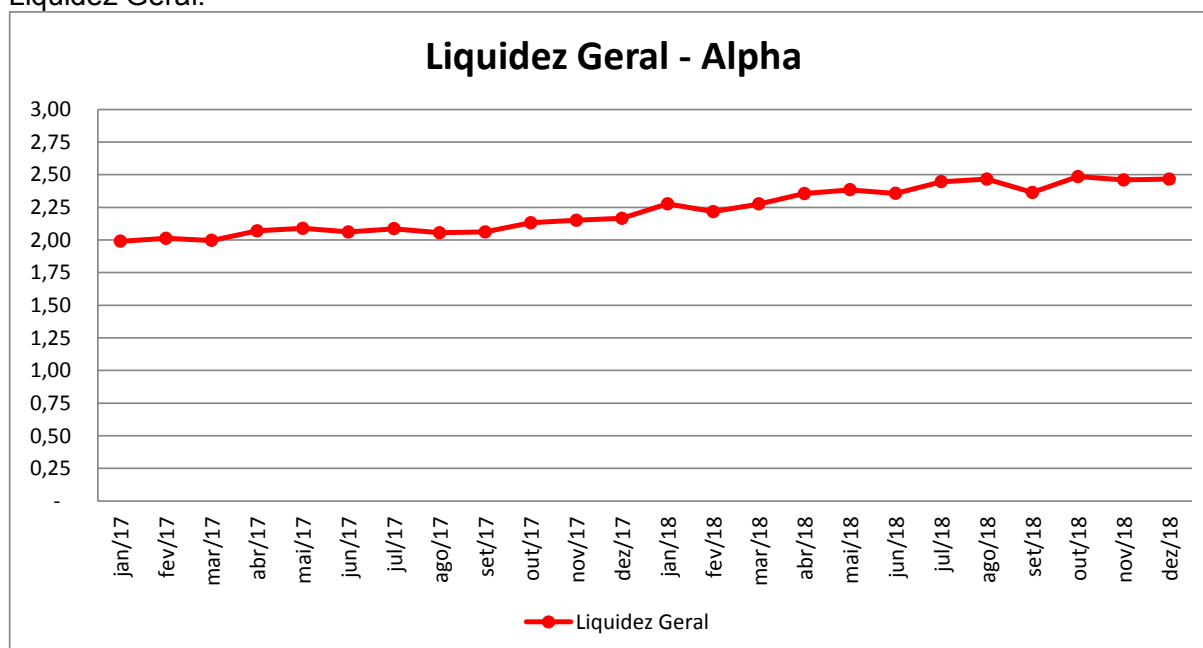
Conforme parecer da gestora da OPS Alpha, a análise mês a mês dos indicadores de liquidez são importantes para a gestão financeira da empresa, uma vez que a política de pagamentos da empresa prioriza a liquidação no curto prazo dentro do exercício evitando endividamentos longos.

A seguir foram apresentadas em sequencia as análises gráficas dos índices de liquidez da OPS Alpha, conforme as Figuras 4, 5 e 6.

O gráfico da Figura 4 representa a evolução mês a mês do Indicador de Liquidez Geral, esse indicador é usado para dar uma ideia da solvência da empresa no longo prazo, em sua fórmula de cálculo são consideradas as contas do Realizável a Longo Prazo e as contas do Exigível a Longo Prazo obtidas por meio do Balanço Patrimonial, segundo a gestora sua análise se torna mais eficaz quando percebido sua evolução por meio de um uma série histórica.

Conforme a Figura 4 esse indicador manteve ao longo da series históricas de 2017 e 2018 um comportamento crescente e acima de 1, o que demonstra que a empresa possui o atributo de ser solvente em longo prazo conforme a proposta desse indicador.

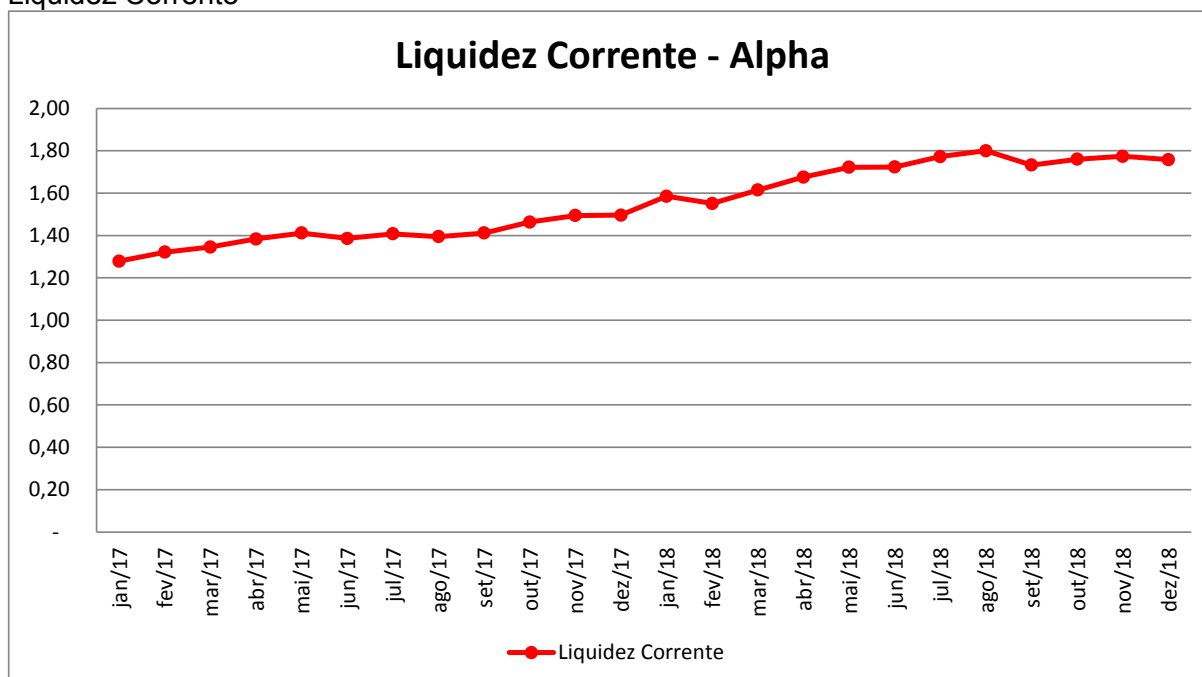
Figura 4: Gráfico com a posição mês a mês da OPS Alpha em relação ao indicador de Liquidez Geral.



Fonte: a autora (2020).

O índice de Liquidez Corrente mede a capacidade de pagamento da empresa, e por esse motivo é um índice que deve ser monitorado e mantido acima de 1, conforme a opinião da gestora da OPS Alpha. Percebe-se que no gráfico da Figura 5 que a empresa está conseguindo atender esse critério, e ainda conseguiu manter o crescimento desse indicador de forma quase que linear nos dois anos analisados.

Figura 5: Gráfico com a posição mês a mês da empresa Alpha em relação ao indicador de Liquidez Corrente



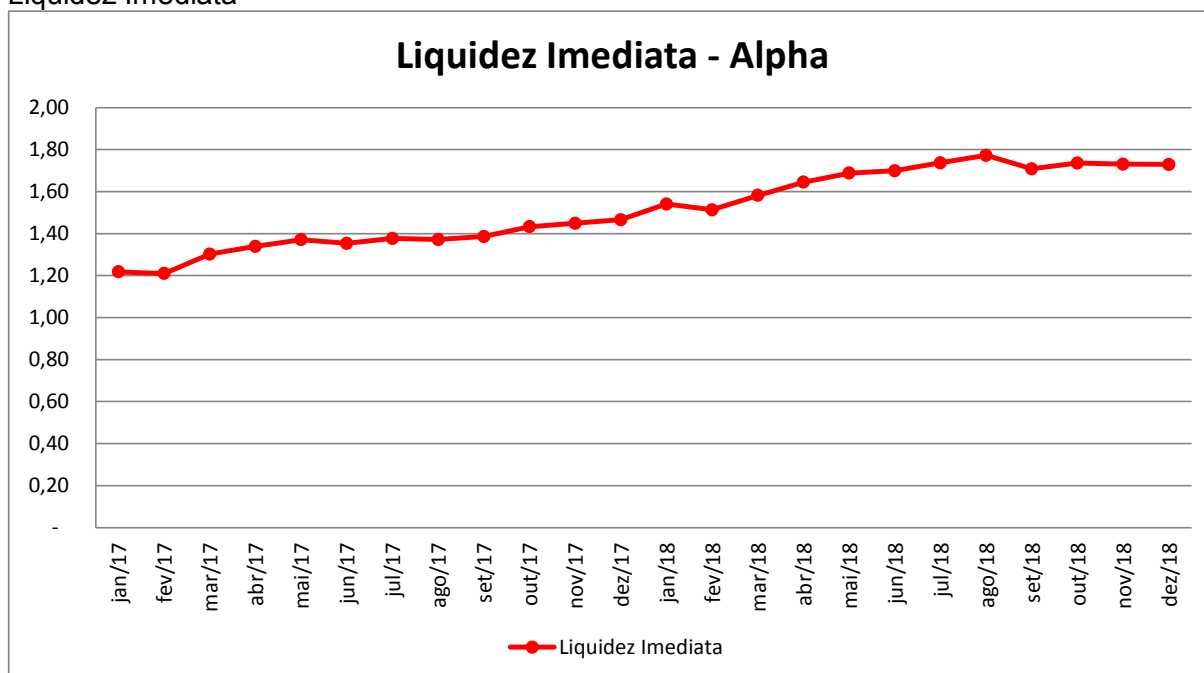
Fonte: a autora (2020).

Dentre os indicadores de liquidez, o índice de liquidez imediata é o mais sensível às variações, uma vez que considera para efeitos de cálculo os valores já convertidos em dinheiro, disponíveis nas contas de caixa, banco e aplicações financeiras. Segundo a gestora da OPS Alpha o índice de liquidez imediata não é um índice muito confiável porque tem uma natureza volátil.

O fato de estar acima de 1 e ter crescido linearmente durante os anos de 2017 e 2018, conforme demonstra o gráfico da Figura 6, não garante que a manutenção desse indicador se mantenha positiva ao longo do tempo, pois o dinheiro apresenta convertibilidade rápida.

Por outro lado, a ausência de caixa disponível na empresa não significa que ela está insolvente, como no caso da operadora Unimed, cujos índices de liquidez imediata apontaram 0,04 e 0,07 muito abaixo de 1, no período de 2017 e 2018, conforme demonstrado no Quadro 11 dessa pesquisa.

Figura 6: Gráfico com a posição mês a mês da OPS Alpha em relação ao indicador de Liquidez Imediata



Fonte: a autora (2020).

Outro grupo de indicadores analisados foram os indicadores de rentabilidade e lucratividade, em linhas gerais a rentabilidade representa a taxa percentual de retorno do capital investido em uma empresa e a lucratividade representa a taxa percentual do lucro em relação às receitas. Para efeitos dessa pesquisa foram analisadas três indicadores: Margem de Lucro Líquida, Rentabilidade do Ativo e Giro do Ativo.

A Margem de Lucro Líquida é um indicador de lucratividade que indica o percentual de Lucro Líquido em relação a Receita Total (Faturamento) da empresa. A Rentabilidade do Ativo demonstra a taxa percentual do Lucro Líquido em relação a ao Ativo Total, as fórmulas usadas para apuração desses indicadores constam no Quadro 3, dessa pesquisa.

O Quadro 12 apresenta os resultados da apuração anual dos indicadores de lucratividade e rentabilidade da operadora Unimed e Alpha, período 2017 e 2018, como segue.

Quadro 12 – Apuração anual dos indicadores de lucratividade e rentabilidade das OPS Unimed e Alpha (em %)

Empresas OPS	Margem Líquida		Rentabilidade do Ativo	
	2017	2018	2017	2018
UNIMED	12,16	11,91	5,92	6,46
ALPHA	11,09	12,06	1,99	1,87

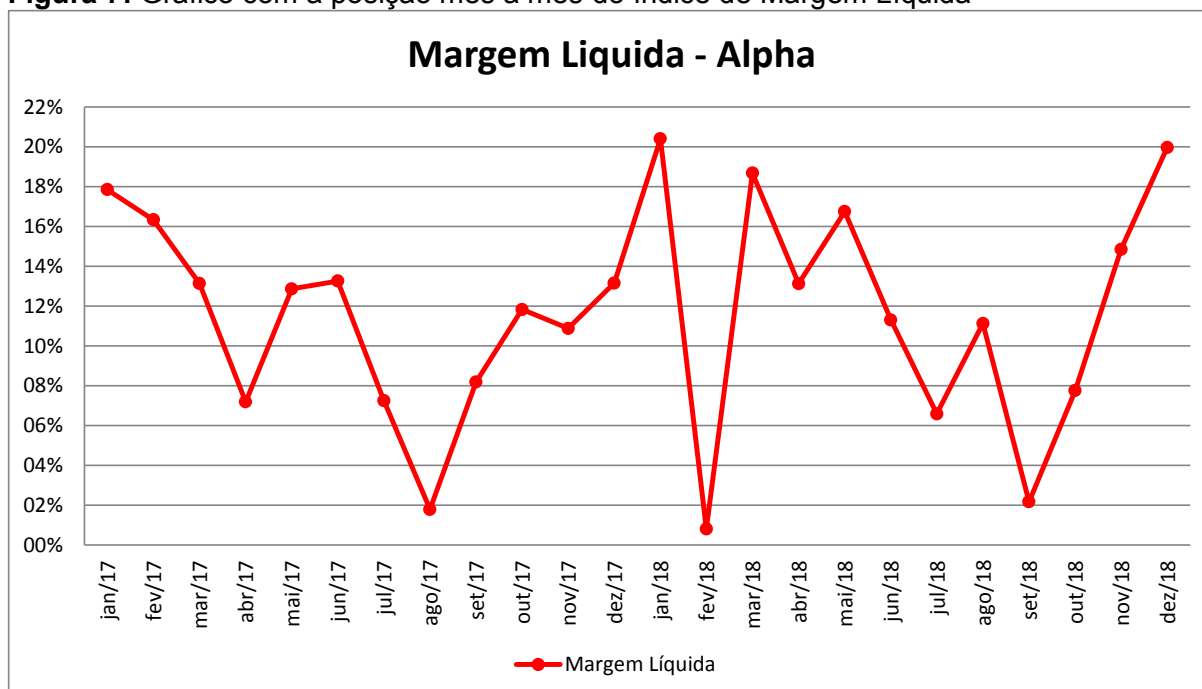
Fonte: a autora (2020).

A OPS Alpha apresentou uma Margem Líquida anual de 11,09% em 2017 e de 12,06% no ano de 2018, percebe-se que a empresa mantém-se próxima da Margem Líquida anual apurada pela operadora Unimed, segundo a interpretação desse índice quanto maior o percentual apurado melhor. Portanto, se uma empresa possui um percentual de margem de lucro líquido superior a de seu concorrente direto isso demonstra que ela tem uma gestão operacional e financeira eficiente no mercado em que atua.

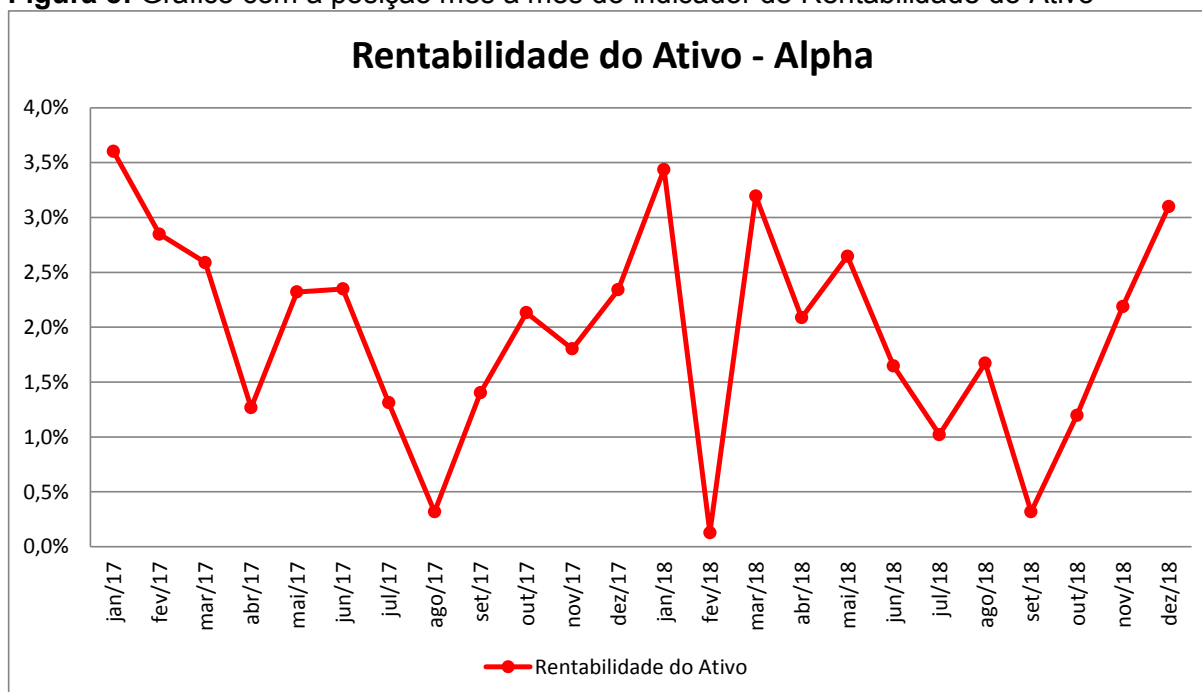
Em relação ao indicador de Rentabilidade do Ativo as taxas atingidas foram 1,99% e 1,87% para os anos de 2017 e 2018. Esse indicador sincroniza-se com o anterior, pois tende a indicar quando a margem de lucro da empresa aumenta ou diminui.

Segundo a gestora da OPS Alpha esses números apurados nos anos de 2017 e 2018 refletem os efeitos gerados mês a mês causados por diversos fatores combinados entre si, tais como: a oscilação das vendas, o aumento dos cancelamentos de planos de saúde, variações dos custos dos serviços prestados, aumento das despesas com vendas, aumento das despesas administrativas e de pessoal, por exemplo.

Observa-se que ambos gráficos, das Figuras 7 e 8, apresentam muita similaridade de traçado, isso porque esses índices refletem os sintomas um do outro. Percebe-se também que seus comportamentos apontam para períodos de decréscimo seguidos de períodos de recuperação, isto porque, no primeiro semestre de 2017 a tendência foi de baixa nos índices, seguida de uma recuperação no segundo semestre de 2017, o mesmo fenômeno ocorreu no ano de 2018.

Figura 7: Gráfico com a posição mês a mês do índice de Margem Líquida

Fonte: a autora (2020).

Figura 8: Gráfico com a posição mês a mês do indicador de Rentabilidade do Ativo

Fonte: a autora (2020).

Os três picos de quedas apontados nos gráficos, tiveram causas extraordinárias, que puderam ser amenizadas nos meses subsequentes. O primeiro, em agosto/2017, foi causado por vários fatores combinados, tais como: o aumento

do cancelamento dos planos de saúde, o aumento de despesas gerais fixas, o aumento dos custos dos serviços prestados pela rede conveniada, o aumento das despesas com vendas, entre outros. Em fevereiro/2018 o principal impacto foi a ocorrência de uma despesa com indenização em processo judicial, e em setembro/2018 o principal motivo foi um incremento no custo dos serviços prestados pela rede conveniada.

Por fim, passou-se para análise do último índice desse estudo, o índice denominado de Giro do Ativo, encerrando-se assim o grupo de indicadores preferidos e escolhidos pela gestora da operadora Alpha, como sendo os mais relevantes e práticos para o gerenciamento operacional e financeiro da empresa.

O Indicador Giro do Ativo indica quantas vezes a Receita Líquida (faturamento líquido) é maior do que o Ativo Total, a fórmula usada para apuração desse indicador consta no Quadro 3, dessa pesquisa.

O índice de Giro do Ativo representa o quanto a empresa faturou para cada R\$1,00 investido. Nesse sentido, para cada R\$ 1,00 investido a OPS Alpha conseguiu R\$ 0,18 e R\$ 0,15 de receita no ano de 2017 e 2018, e a operadora Unimed obteve R\$ 0,24 e R\$ 0,25 nesse mesmo período conforme mostra os dados apresentados no Quadro 13.

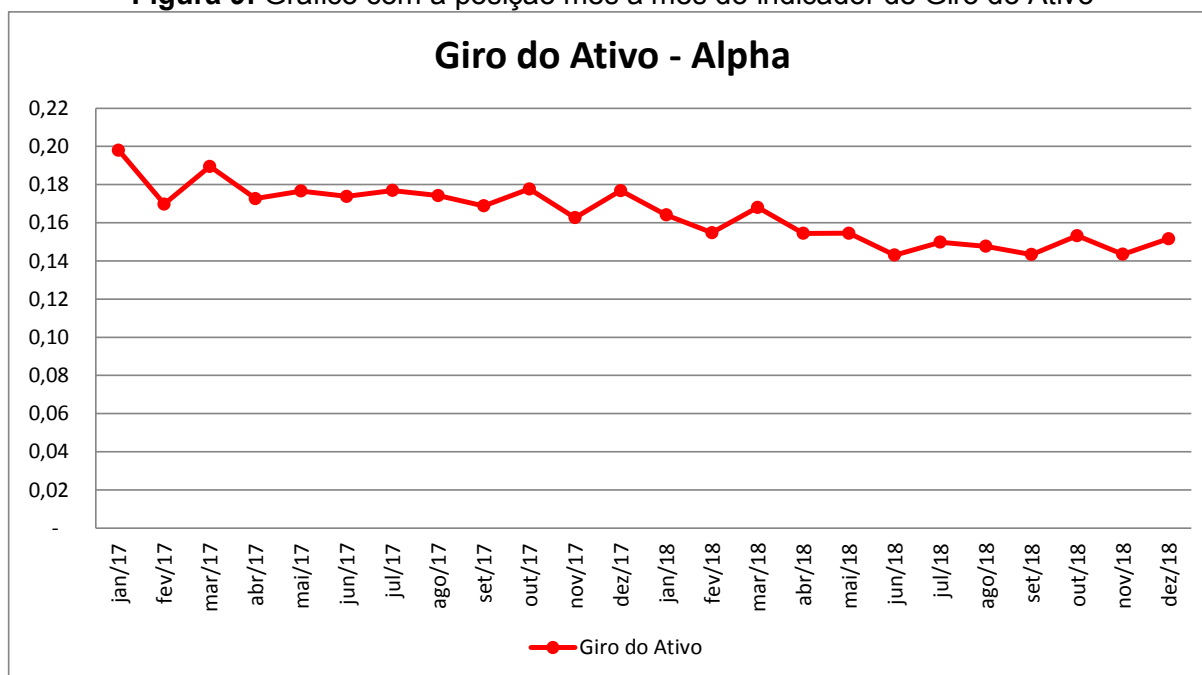
Quadro 13 – Apuração anual do indicador Giro do Ativo das OPS Unimed e Alpha

Empresas OPS	Giro do Ativo	
	2017	2018
UNIMED	0,24	0,25
ALPHA	0,18	0,15

Fonte: a autora (2020).

Portanto quanto maior for esse índice melhor será a situação da empresa em termos de eficiência de uso dos recursos aplicados, sendo que a situação ideal é conseguir que esse índice pontue um valor maior que 1. Entretanto, se esse índice indicar valores abaixo de 1 não significa que a empresa esta em uma situação desfavorável, desde que seu indicador de Margem Líquida esteja alto.

A seguir, a Figura 9 apresenta o gráfico com a evolução mês a mês desse índice, de forma mais analítica percebe-se que os valores apontam para um decréscimo constante, durante os anos de 2017 e 2018, sinalizando a necessidade de reversão dessa tendência.

Figura 9: Gráfico com a posição mês a mês do indicador de Giro do Ativo

Fonte: a autora (2020).

Segundo a gestora da OPS Alpha, esse indicador chama atenção para se pensar em estratégias empresariais que visem tornar o ativo da empresa mais rentável. A leitura desse indicador evidencia se a empresa está utilizando bem o potencial de seu ativo (bens, equipamentos, instalações, etc.) para gerar aumento de receita.

Não tem sentido investir no aumento do patrimônio imobilizado, como por exemplo, investir em tecnologia e modernização de equipamentos, se isso não trazer ganhos para empresa.

4.3 COMPARAÇÃO COM ESTUDOS PRECEDENTES

Os 10 (dez) estudos precedentes identificaram várias combinações de indicadores para avaliação da análise econômico-financeira das OPS. A diversidade encontrada no arranjo dos índices é decorrente da variação das modalidades das operadoras consideradas nos estudos (administradoras, autogestão, cooperativas médicas, medicinas de grupo e seguradoras ou outras).

Como o objetivo desta pesquisa era identificar o conjunto de indicadores que melhor evidenciam a situação econômico-financeira de uma OPS, os dados dos estudos precedentes foram rearranjados conforme mostra o Quadro 14, onde foi possível comparar o grupo de indicadores dos estudos precedentes com o grupo escolhido pela OPS Alpha.

Quadro 14 – Comparativo entre os indicadores dos estudos precedentes e os da OPS Alpha

	INDICADORES	Estudos precedentes										OPS	Classificação dos Indicadores
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	ALPHA	
1	Retorno Operacional sobre Ativos (ROA)	x	x	x	x		x		x	x		x	rentabilidade
2	Liquidez Corrente	x	x	x	x		x		x	x		x	liquidez
3	Liquidez Geral	x			x				x	x		x	liquidez
4	Composição do Endividamento	x			x		x					x	estrutura capital
5	Margem de Lucro Líquido	x							x	x		x	rentabilidade
6	Giro do Ativo Total	x			x							x	rentabilidade
7	Participação de Capital de Terceiros	x			x							x	estrutura capital
8	Liquidez Imediata											x	liquidez
9	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	x	x	x	x		x		x				rentabilidade
10	Sinistralidade	x	x	x			x		x				operacionais
11	Endividamento de curto prazo			x			x						estrutura capital
12	Marg_Ebitda				x				x				estrutura financeira
13	Margem de Lucro Bruto				x				x				rentabilidade
14	Imobilização do Ativo Total								x	x			estrutura capital
15	Capital de Giro							x		x			estrutura financeira
16	Necessidade de Capital de Giro							x		x			estrutura financeira
17	Saldo de Tesouraria							x		x			estrutura financeira
18	Imobilização do Patrimônio Líquido	x											estrutura capital
19	Imobilização de Recursos não circulares	x											estrutura capital
20	Indicadores de Desempenho Operacional									x			operacionais
21	Análise vertical do Balanço Patrimonial e do DRE									x			operacionais
22	Margem EBIT (LAJIR) Lucro antes de Juros e Impostos								x				estrutura financeira
23	Índice de Despesas de Comercialização								x				operacionais
24	Índice de Despesas Administrativas								x				operacionais
25	Prazo Médio de Contraprestações a Receber								x				ciclo financeiro
26	Tiquete Médio Mensal em R\$.								x				liquidez
27	Prazo Médio de Pagamento de Eventos								x				ciclo financeiro
28	Margem de Lucro Operacional				x								rentabilidade

Fonte: a autora (2020).

Conforme demonstrado no Quadro 14, os 8 (oito) indicadores considerados pela OPS foram, em sequência, os indicadores Retorno Operacional sobre Ativos (ROA) ou Rentabilidade do Ativo; Liquidez Corrente; Liquidez Geral; Composição do Endividamento; Margem de Lucro Líquido ou Margem Líquida; Giro do Ativo Total ou Giro do Ativo; Participação de Capitais de Terceiros e Liquidez Imediata.

O estudo que apresentou praticamente a mesma escolha de índices que a OPS Alpha foi o de nº 1 dos autores Soares, Thóphilo e Corrar (2009), que além daqueles incluiu mais quatro índices: Retorno sobre o Patrimônio Líquido; Sinistralidade (Índice de Despesas Assistenciais ou Médicas); Imobilização do Patrimônio Líquido; Imobilização de recursos não circulares. Percebe-se que praticamente a única diferença foi a inclusão de índices que caracterizam contas de imobilizado, o que segundo a gestora-financeira da OPS Alpha era desnecessário considerar porque a empresa não tinha uma rotatividade em seu imobilizado que justificasse um monitoramento mensal dessas contas.

Em relação ao estudo nº 4, dos autores Kudlawicz e Santos (2013), coincidiram na escolha de indicadores com o estudo da OPS Alpha, 6 (seis) indicadores: Retorno Operacional sobre Ativos (ROA) ou Rentabilidade do Ativo; Liquidez Corrente; Liquidez Geral; Composição do Endividamento; Giro do Ativo Total ou Giro do Ativo; Participação de Capitais de Terceiros. Os autores do estudo nº 4 se preocuparam em demonstrar mais pontualmente a rentabilidade e a estrutura financeira das operadoras por esse motivo incluíram os indicadores Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Marg_Ebitda, Margem de Lucro Bruto e Margem de Lucro Operacional.

O terceiro estudo que mais se aproximou da escolha dos indicadores da empresa Alpha foi o de nº 8, dos autores Cota, Silva e Grecco (2018), que consideraram os indicadores: Retorno Operacional sobre Ativos (ROA); Liquidez Corrente; Liquidez Geral; Composição do Endividamento e Margem de Lucro Líquido para analisar a rentabilidade, liquidez e estrutura de capital das OPS.

Além desses, os autores do estudo nº 4, consideraram outros 11 (onze) índices conforme demonstra o Quadro 14, ou seja, aprofundaram mais a análise incluindo outros indicadores para detalhar a rentabilidade, estrutura de capital, estrutura financeira e operacional das empresas analisadas.

Segundo a gestora financeira da empresa Alpha, se justificaria a adoção de um número maior de índices caso a empresa aponte alguma variação expressiva nos indicadores-base ou se suspeite de algum evento anormal que a empresa possa sofrer, do contrário se a empresa apresenta-se estável não há a necessidade de fazer o monitoramento de outros índices.

Cabe salientar que se o foco da análise econômico-financeira visar atender as exigências da atual metodologia do cálculo dos indicadores do IDSS (que começou a vigorar a partir do ano-base 2017, instituído pela Resolução Normativa nº 423, de 11 de maio de 2017), a análise apresentada nesse estudo não é a mais adequada. Pois necessitaria ser remodelada para discriminar o desempenho da operadora, especialmente quanto a seus aspectos assistenciais. Os indicadores estudados nessa pesquisa não servem para esse tipo de análise, entretanto as OPS não devem abandonar a utilização desse tipo de ferramenta para a gestão do seu negócio, mesmo que o controle desses indicadores não colaborem de forma explícita para atender as exigências da ANS.

A título de sugestão e também para ampliar a dimensão dos estudos sobre os índices de desempenho das OPS, se indica a exploração do tema aqui abordado com a inclusão da nova fórmula de cálculo instituída pela Resolução Normativa nº 423, proposta pela ANS, gerando assim mais subsídios para que administradores, gestores, estudantes e pesquisadores aperfeiçoem seu entendimento sobre a gestão das empresas que atuam nesse mercado.

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO

Alguns indicadores arrolados no referencial teórico não foram usados no desenvolvimento dessa pesquisa, porque não se mostraram adequados para o setor de serviços, como é o caso de indicador Prazo Médio de Estocagem (PME). Outro indicador não validado pela gestora foi o Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) porque é desnecessário manter um controle do prazo dos pagamentos recebidos pelos beneficiários, uma vez que esses recebimentos se caracterizam como mensalidades com valor e prazos fixos.

Outro indicador excluído da análise foi o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMPF), esse não foi validado pela gestora porque praticamente todos os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 50 dias.

Todos os demais indicadores foram calculados e apresentados para validação da gestão da OPS Alpha, entretanto apenas os que constam na seção secundária 4.2 foram efetivamente validados pela gestão da OPS Alpha.

A escolha desse grupo de indicadores foi validada principalmente pelo uso da ferramenta gráfica, pois segundo a gestora da OPS Alpha, os dados tabulados em tabelas não favorecem a interpretação.

Segundo a opinião da gestora da empresa Alpha os demonstrativos da contabilidade tais como o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE) servem para fins de atendimento da legislação fiscal, pois padronizam a apresentação das contas, entretanto não evidenciam a real situação da econômico-financeira da empresa.

Portanto, dos 20 (vinte) indicadores apresentados no referencial teórico dessa pesquisa foram preliminarmente excluídos 3 (três), sobraram 17(dezessete) indicadores. Destes apenas 8 (oito) foram separados para estudo e foram validados pela gestora da OPS Alpha, sendo eles: (1) Participação de Capitais de Terceiros; (2) Composição do Endividamento; (3) Liquidez Geral; (4) Liquidez Corrente; (5) Liquidez Imediata; (6) Margem Líquida; (7) Rentabilidade do Ativo e (8) Giro do Ativo.

Comparando esse grupo de indicadores econômico-financeiros com aqueles requeridos para a formação do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) adotado pela ANS, conforme a Resolução Normativa - RN nº 423, de 11 de maio de 2017, percebe-se que ambos propõem visões diferentes para a avaliação das OPS. A nova metodologia do cálculo do IDSS introduziu uma visão mais qualitativa, ou seja, atribuiu maior peso para os indicadores-não financeiros.

A nova formulação do IDSS contempla 4 (quatro) dimensões, uma dessa dimensões é representada pelo Indicador da Dimensão Sustentabilidade no Mercado (IDSM) que tem peso de 30% na fórmula do IDSS, e é formado por 6 (seis) sub-índices dos quais apenas 1 (um) refere-se a situação econômico-financeira das OPS, denominado de Índice de Recursos Próprios (IRP).

Segundo a gestora da OPS Alpha o cálculo do IRP é muito complexo, e sua estruturação de cálculo atende a demanda da ANS, mas não ajuda no processo de gestão da empresa. *“É um índice necessário para se atender um ranking de mercado, voltado às necessidades dos beneficiários, mas não é um parâmetro adequado para gerir as operações econômico-financeiras de uma empresa (sic)”*.

Por esse motivo percebe-se que é de extrema relevância manter o uso dos indicadores tradicionais pela simplicidade de sua aplicação e interpretação; mesmo

em número reduzido eles conseguem traduzir de maneira bastante segura o cenário econômico-financeiro em que a operadora se encontra, conforme verificado no transcorrer da análise dos resultados dessa pesquisa.

Comparativamente com os estudos precedentes conforme o *ranking* apontado nos Quadros 8 e 14, os indicadores de Liquidez, Estrutura de Capital e Rentabilidade são os mais preferidos pelas análises econômico-financeiras voltadas às empresas OPS.

Do ponto de vista da gestora da empresa Alpha as vantagens de promover análises econômico-financeiras baseada em indicadores se sustenta na garantia de que elas oferecem certa vantagem competitiva a mais para a empresa, pois ajudam na previsibilidade de fatores negativos ou positivos que podem afetar a gestão da empresa, que normalmente não são observáveis em relatórios padrões da contabilidade como, por exemplo, o Balanço patrimonial e o DRE, para citar os mais comuns.

Como desvantagem a gestora financeira da empresa Alpha apontou para a necessidade de se manter atualizados os números da empresa e de se necessitar de uma pessoa capacitada tecnicamente para gerir esses índices: um especialista, técnico contábil ou administrador que entenda minimamente de índices e consiga interpretá-los e indicar as prováveis causas que geraram a melhora ou piora do indicador, ou seja, uma pessoa qualificada tecnicamente que consiga diagnosticar e sugerir as melhores alternativas para os administradores e gestores da empresa.

Outro risco apontado pela gestora diz respeito ao tipo de ferramenta usada para gerar e alimentar os indicadores, o uso de planilhas, por exemplo, são práticas, mas muito vulneráveis a erros de digitação. O ideal seria a empresa adotar algum tipo de software específico para indicadores, desenvolvido para atender as necessidades das OPS, que pudesse também ser alimentado com os indicadores da ANS, onde o operador pudesse trabalhar de forma mais segura.

5 CONCLUSÃO

Inicialmente, ao analisar-se o objetivo geral da pesquisa, de fazer um estudo de caso em uma operadora de planos de saúde para identificar quais os principais indicadores econômico-financeiros são eficazes para o processo de gestão, pode-se concluir que o objetivo foi atingido.

Foram identificados e validados 8 (oito) indicadores que podem auxiliar de forma eficaz no processo de gestão da empresa analisada, 2 (dois) de Estrutura de Capital: Participação de Capitais de Terceiros e Composição do Endividamento; 3 (três) de Liquidez: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Liquidez Imediata; e 3 (três) de Rentabilidade: Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Giro do Ativo.

De igual forma todos os objetivos específicos propostos foram atendidos: primeiramente se buscou na literatura 20 (vinte) possibilidades de indicadores que poderiam ser utilizados por OPS e na sequência se conseguiu coletar os dados econômico-financeiros da OPS Alpha e de sua concorrente a OPS Unimed através da análise do Balanço Patrimonial e do DRE referente aos anos de 2017 e 2018, que subsidiaram os cálculos dos indicadores e por fim se conseguiu validar 8 (oito) indicadores junto a gestora financeira da empresa Alpha, que em conjunto proporcionaram uma boa visão da situação econômico-financeira da OPS Apha, que teve seus indicadores comparados com os de sua concorrente a OPS Unimed.

A análise gerada pelos 8 (oito) indicadores demonstrou que a OPS Alpha apresentou uma boa saúde financeira nos anos de 2017 e 2018 e que a tendência é que consiga manter esse desempenho nos próximos exercícios.

Para estudos futuros sugere-se a adoção de outros indicadores inclusive podendo se proceder no estudo combinado de indicadores financeiros e não financeiros. Incorporando e comparando com aqueles requeridos pela ANS, atendendo a Resolução Normativa que estiver em vigência a época do estudo.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. **Ficha Técnica Indicadores do Programa de Qualificação de Operadoras 2018**. Gerência Executiva de Estímulo à Inovação e Avaliação da Qualidade Setorial, 2018. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/images/stories/Materiais_para_pesquisa/Perfil_setor/idss/pqo_2018_6_anexo_ii_ficha_tecnica_dos_indicadores.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. **Caderno de Informação da Saúde Suplementar: Beneficiários, Operadoras e Planos**. Junho de 2019. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/images/stories/Materiais_para_pesquisa/Perfil_setor/Dados_e_indicadores_do_setor/total-cad-info-jun-2019.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. **Método de cálculo IDSS 2020 (ano-base 2019)**. 2019b. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/images/stories/Materiais_para_pesquisa/Perfil_setor/idss/pqo_2020_metodo_calculo_idssab_2019.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. **Dados Consolidados Saúde Suplementar: atualizado em 18.12.2019**. 2019c. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/images/stories/Materiais_para_pesquisa/Perfil_setor/Dados_e_indicadores_do_setor/Dados_Consolidados_da_Saude_Suplementar_dez19.pptx>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. **Programa de Qualificação de Operadoras**. Nova metodologia: IDSS - TISS. 2020. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/informacoes-e-avaliacoes-de-operadoras/qualificacao-ans>>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- AVELAR, Ewerton Alex; SOUZA, Antônio Artur de. Gestão do capital de giro em operadoras de planos de saúde: uma análise sob a perspectiva do modelo dinâmico. **ForScience**: revista científica do IFMG, Formiga, v. 6, n. 1, e00300, 2018. Disponível em: <<http://www.forscience.ifmg.edu.br/forscience/index.php/forscience/article/view/300>>. Acesso em: 18 jan. 2020.
- BALDASSARE, Renato Madrid. **Análise do desempenho econômico-financeiro de operadoras de planos de saúde no mercado de saúde suplementar brasileiro**. FGV EAESP - CMAE: Dissertações, Mestrado em Administração de Empresas, São Paulo, 2014. 97f. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11790>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BARCELOS, Marina Assunção. Análise do desempenho econômico-financeiro da cooperativa de trabalho médico Unimed Araxá a partir do plano de contas padrão da Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Repositório Institucional UNESP**. 125f. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153257>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 2.177- 44**, de 24 de agosto de 2001. Altera a Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2177-44.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

COTA, Isamara Silva; SILVA, Fabiana Lopes da; GRECCO, Marta Cristina Pelucio. Análise das demonstrações contábeis das operadoras de planos de saúde segundo a sua modalidade. **XXIV Congresso Brasileiro de Custos**, Florianópolis, SC, 15 a 17 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4335>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

DESLAURIERS, J. P. **Recherche Qualitative**. Montreal: McGraw Hill, 1991.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: SESES, 2015. 176 p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://.dqj.ufms.br/~lp4/apostilametodologia.pdf>>. Acesso de em: 27 jan. 2020.

G1. **Unimed Paulistana terá que transferir todos os seus clientes, decide ANS** Publicado em 02/09/2015 às 19h50min. 2015. São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/09/ans-decreta-alienacao-da-carteira-de-clientes-da-unimed-paulistana.html>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

GARCIA, Jose Augusto Campos; RODRIGUES, Jose de Souza; ALBINO, João Pedro. Proposta de modelo de referência para padronização de processos. **XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: A Gestão dos Processos de Produção e as Parcerias Globais para o Desenvolvimento Sustentável dos Sistemas Produtivos** Salvador, BA, 08 a 11 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STP_177_014_22701.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.) **Métodos de Pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

JESUS, Leandro Fernandes de; QUEIROZ, Juliana Molina; CRUZ, Claudia Ferreira da. Análise de indicadores de performance das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde do Programa de Qualificação da Agência Nacional de Saúde Suplementar. **XX SEMEAD Seminários em Administração**. Nov. 2017. Disponível em: <<http://login.semead.com.br/20semead/arquivos/1250.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

KAUARAK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H.; **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Bahia: Litterarum, 2010.

KUDLAWICZ, Claudinéia; SANTOS, Jose Luiz dos. Perfil financeiro das empresas brasileiras operadoras de planos de saúde: um estudo exploratório. **Revista Eletrônica Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 7, n. 1, p. 30-47, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/135>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LEMONS, Lilian Correia. A judicialização da saúde: o posicionamento do Poder Judiciário ante a relação contratual entre as operadoras e os beneficiários dos planos de saúde anteriores à Lei nº 9.656/98. **Âmbito Jurídico**, n.58, 2008. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-58/a-judicializacao-da-saude-o-posicionamento-do-poder-judiciario-ante-a-relacao-contratual-entre-as-operadoras-e-os-beneficiarios-dos-planos-de-saude-anteriores-a-lei-n-9-656-98/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed, São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEEGEN, Rene Alberto Van. Análise crítica da utilização da padronização no sistema de melhoria dos centros de distribuição domiciliar dos correios. Dissertação de Mestrado. **Repositório Digital Lume - UFRGS**, Porto Alegre, 2002. 191fls. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10468>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005

MIRANDA, Matheus Henrique Coelho. Capital de giro e desempenho da saúde suplementar: uma perspectiva das operadoras de planos de saúde a partir do Modelo Fleuriet. 1º Prêmio ANS: Concurso de Monografia sobre Saúde Suplementar. Menção Honrosa. **Repositório Institucional da ENAP**, 2018.

Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3588>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

NUNAN, D. **Research methods in language learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

OTTOBONI, Célia; PAMPLONA, Edson de Oliveira. **Proposta de pesquisa para avaliar a necessidade de se medir o desempenho financeiro das micro e pequenas empresas**. ABEPRO, 2011. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2001_tr31_0054.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SALLES, Olavo Ribeiro. Adaptação das operadoras de planos de saúde de pequeno porte ao plano de contas padrão da ANS. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação Mestrado. **Repositório da Fundação Oswaldo Cruz**. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4789>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SILVA, Alceu Alves. **Relação entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços: um novo relacionamento estratégico**, 2003. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde – BVSMS. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ans/6_AAAlvesdaSilva_RelacaoOperadorasPlanos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de Dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Victor Vieira; LOBEL, Eduardo. Desempenho Econômico-Financeiro de conjuntos de operadores de planos de saúde: uma análise comparativa. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep – REFICONT**, v. 3, n. 2, Jul/Dez. 2016a. Disponível em: <<http://reficontunimep.com.br/ojs/index.php/Reficont/article/view/54>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SILVA, Victor Vieira; LOEBEL, Eduardo. Análise do desempenho econômico-financeiro de operadoras de planos privados de saúde do setor brasileiro de saúde suplementar. **Revista da Administração Hospitalar e Inovação em Saúde – RAHIS**, v. 13, n. 3, 2016b. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/1-21>>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

SOARES, Maria Aparecida; THÓPHILO, Carlos Renato; CORRAR, Luiz João. Avaliação de Indicadores Econômico-financeiro de Operadoras de Planos de Saúde Brasileiras: Uma aplicação da Análise Fatorial. **XXXIII Encontro da ANPAD**, São Paulo, SP, 19 a 23 setembro de 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/CON3260.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SPROULL, Natalie L., **Handbook of research methods**: a guide for practitioners and students in the social sciences. 2 ed. Washington: Scarecrow, 2002.

STEVENSON, W. J. **Administração das operações de produção**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos -LTC, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. Introdução à pesquisa em ciências sociais. p. 31-79. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.